

**GEOGRAFIA – LICENCIATURA – EAD
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

CAMPUS DE SÃO BORJA

UAB/UNIPAMPA/2017

Outubro/2017

Ministério da Educação
Universidade Federal do Pampa

Reitor: Dr. Marco Antônio Hansen

Vice-Reitor: Dr. Maurício Aires Vieira

Pró-Reitor de Graduação: Dr. Ricardo Howes Carpes

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação: Dr. Pedro Roberto de Azambuja Madruga

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Dr.^a Nádia Fátima dos Santos Bucco

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Sandro Burgos Casado Teixeira

Pró-Reitor de Administração: Dr. Evelton Machado Ferreira

Pró-Reitor de Planejamento e Infraestrutura: Dr. Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Dr. Luiz Edgar Araújo Lima

Coordenador da UAB/UNIPAMPA: Dr. Rafael Camargo Ferraz

Diretor do Campus São Borja: Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenador Acadêmico do Campus São Borja: Dr. Muriel Pinto

Coordenador Administrativo do Campus São Borja: Bel. Luiz André Padilha

Coordenadora do Curso: Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Organização e elaboração do projeto:

1- Da Reitoria

Reitor: Dr. Marco Antônio Hansen

Vice-Reitor: Dr. Maurício Aires Vieira

2- Da Pró-Reitoria de Graduação

2.1 Coordenação e orientação geral

Dr. Ricardo Howes Carpes – **Pró-Reitor de Graduação**

Dr.^a Maristela Cortez Sawitzki – **Pró-Reitora Adjunta de Graduação**

Dr.^a Paula Bianchi – **Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação**

Dr. Evandro Guindani – **Divisão de Planejamento e desenvolvimento -**

Dr.^a Paula Bianchi e Evandro Guindani – **Revisores/PROGRAD**

Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Geografia - Licenciatura:

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr.^a Claudete Robalos da Cruz

Dr.^a Marilu Angela Campagner May

Dr. Muriel Pinto

Dr.^a Nola Patrícia Gamalho

Dr. Sidnei Luís Bohn Gass

Comissão de Curso –Geografia –Licenciatura:

Dr.^a Adriana Cantini

Dr.^a Andréa Narvaes

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr.^a Claudete Robalos da Cruz

Dr. Edson Romário Paniágua

Ma. Juliana Rose Jasper

Dr.^a Lisianne Ceolin

Dr.^a Marilu Angela Campagner May

Dr. Maurício Aires Vieira

Dr. Muriel Pinto

Dr.^a Nola Patrícia Gamalho

Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Dr. Sávio Domingos

Dr. Sidnei Luís Bohn Gass

Dr.^a Simone Oliveira

Dra. Suzana Schwartz

Técnico em Assuntos Educacionais:

Leandro Luiz Lied

Técnico de Tecnologia da Informação:

Mateus Silva de Medeiros

Assistente em Administração

Eufrásia Conceição Ponce Padilha

Carolina Mariano da Rocha Dornelles Loureiro

PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA A
DISTÂNCIA EM GEOGRAFIA**

**Coordenador da UAB/UNIPAMPA
Rafael Camargo Ferraz**

São Borja, outubro/2017.

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	7
APRESENTAÇÃO	9
1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	11
1.1 UNIPAMPA: histórico de implantação e desenvolvimento da instituição	11
1.2 Políticas de ensino, pesquisa e extensão e suas respectivas atividades	16
1.2.1 Políticas de Ensino	17
1.2.2 Políticas de Pesquisa	18
1.2.3 Políticas de Extensão	19
1.3 <i>Contexto de inserção da UNIPAMPA</i>	20
1.4 Justificativa para criação do Curso de Geografia	22
1.5 Pressupostos legais e normativos	29
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	33
2.1 Concepção do Curso.....	33
2.1.1 Contextualização pedagógica e perfil do Curso – Geografia Licenciatura	33
2.1.2 Objetivos	35
2.1.3 Perfil do Egresso	38
2.1.4 Campo de Atuação Profissional	39
2.2 Apresentação do curso.....	39
2.2.1 Administração Acadêmica do Campus São Borja	39
2.2.4 Funcionamento do Curso	43
2.2.3 Formas de Ingresso	45
2.3 Organização Curricular	48
2.3.1 Requisitos para a integralização do currículo	52
2.3.2 Trabalho de Conclusão de Curso	53
2.3.4 Atividades Complementares de Graduação	58
2.3.5 Matriz curricular	63
2.3.4 Ementário	66
3.2 Corpo Discente e estrutura de apoio.....	110
3.4 Infraestrutura	116
4 AVALIAÇÃO	118

4.1 Avaliação Institucional:.....	119
4.2 Auto avaliação do curso	120
4.3 Acompanhamento de egresso.....	121
REFERÊNCIAS	122

IDENTIFICAÇÃO

1 - UNIVERSIDADE

- **Mantenedora:** Ministério da Educação (MEC)
- **Mantida:** Fundação Universidade Federal do Pampa
- **Lei de Criação:** Lei 11.64011, 11 de janeiro de 2008
- **Publicação:** DOU n. 9, Seção 1, de 14/01/2008, pág. 1
- **Natureza jurídica:** Pública federal
- **Página:** <http://www.unipampa.edu.br>

2 - ENDEREÇO

- Reitoria

Endereço: Avenida General Osório, n. 900, CEP 96400-100, Bagé (RS)

Fone: +55 53 3240-5400

E-mail: reitoria@unipampa.edu.br

Página: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/gabinete-da-reitoria>

- Pró-Reitoria de Graduação

Endereço: Avenida General Osório, n.1139, CEP 96400-100, Bagé (RS)

Fone: +55 53 3240-5436 (Geral) / +55 53 3240-5400 Ramal 4803 (Gabinete)

E-mail: prograd@unipampa.edu.br

Página: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/>

- Campus São Borja

Curso: Geografia Licenciatura

Endereço: Rua Monsenhor Patricio Petit Jean, 3.295.

Fone: 55 3430 9850

E-mail: saoborja@unipampa.edu.br

Página: http://porteiros.unipampa.edu.br/saoborja/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1

- Dados de Identificação

- 1) Área do conhecimento: Ciências Humanas
- 2) Nome: Geografia Licenciatura
- 3) Unidade Acadêmica: São Borja
- 4) Grau: Licenciatura
- 5) Titulação: Licenciado (a) em Geografia

- 6) Turno: A distância
- 7) Integralização: 8 semestres
- 8) Carga horária total: 3410 horas
- 9) Número de vagas: 50
- 10) Duração do curso em semestres (mínima e máxima): Mínimo 8 semestres. Máximo: 12 semestres
- 11) Data de início de funcionamento do curso: 2017/2 ou 2018/1
- 12) Contato (Fone e Página *web*):

Fone: (55) 3430 9850

Página: http://porteiras.unipampa.edu.br/saoborja/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1

APRESENTAÇÃO

A importância da Educação enquanto processo formativo e transformador na vida dos seres humanos é inegável, nesse sentido justifica-se a expansão da rede de universidades públicas com cursos de formação de docentes, bem como novas vagas e políticas de melhoria da qualidade de ensino. No entanto, ressalva-se não ser suficiente a oferta de curso de habilitação e formação. Urge a necessidade do comprometimento com a qualidade de ensino e com a valorização do docente tanto por parte dos órgãos governamentais como por parte das instituições formadoras, das redes de ensino básico (públicas e privadas) e da própria sociedade.

No Brasil, é possível observar nas últimas décadas, o propósito da efetivação de uma política nacional para a formação de profissionais do magistério da Educação Básica, a qual busca, através de ações como programas de incentivo às Licenciaturas como PIBID, PRODOCÊNCIA, PARFOR, além da criação dos Fóruns das Licenciaturas das Instituições de Ensino Superior Públicas e os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, promover a expansão de cursos de formação de professores para atuar na Educação Básica, bem como proporcionar meios que possibilitem a formação continuada desses professores, conforme aponta Decreto 6.755/09. Esses fóruns buscam discutir, de modo participativo, entre agentes da educação e representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, questões que tangem a formação inicial e continuada de professores, bem como aspectos que permeiam a prática pedagógica docente.

Além da atenção dedicada à formação docente, observa-se a orientação e os investimentos à realização de pesquisas no âmbito educacional, especialmente aquelas que buscam mapear o perfil, as demandas e os processos de formação do professor da Educação Básica, buscando com tais informações estabelecer com as universidades e as redes de ensino básico, propostas de criação de cursos de licenciatura plena, formação continuada do professorado e de melhorias dos recursos de infraestrutura, envolvendo espaços físicos e materiais requeridos pelos sistemas de ensino.

Outra orientação pertinente às políticas de educação está direcionada à construção e ao desenvolvimento de propostas pedagógicas interdisciplinares, por parte das Instituições de Ensino e dos docentes, que visam os processos de ensino e de aprendizagem, de forma significativa, fundamentados nos princípios éticos, humanos,

de justiça e de sustentabilidade social, objetivando preparar o sujeito para atuar de forma crítica e esclarecida, em um contexto permeado por constantes transformações sociais, culturais, políticas, científicas e tecnológicas.

Tais ações governamentais e de entidades científicas nacionais têm por propósito superar uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro, que é o reconhecimento de que muitos professores que atuam na Educação Básica não possuem curso de Licenciatura, de graduação plena, representando, desse modo, demandas por cursos de formação inicial e continuada aos sistemas de ensino competentes.

Portanto, a partir da atual realidade e buscando atender aos documentos oficiais que regem a educação nacional, entre eles: o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 10.172/01), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996); e as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP 01/02 e Resolução CNE/CP 02/02), os governos vêm intervindo nessa questão com tentativas que possibilitem que os professores prossigam nos seus estudos, através do ingresso em cursos de Licenciatura, , presenciais ou na modalidade à distância, de modo a garantir a qualidade da Educação Básica brasileira e uma formação específica para nela atuar plenamente. De igual modo, se reconhece a importância da concretização de programas, bem como incentivo à pesquisa (Artigo 3º, Inciso III estabelecido pela Resolução CNE/CP 01/02), à extensão e à pós-graduação na área da Educação.

A UNIPAMPA, na condição de agente interveniente no contexto educacional, político e social-econômico, tem em seus objetivos institucionais oportunizar cursos de graduação com grau de licenciatura, cursos de formação continuada, cursos de pós-graduação, a pesquisa e a extensão na área de educação, com vistas a influenciar na formação de atitudes que proporcionem o acesso e o desenvolvimento do conhecimento. Os cursos de Licenciatura da UNIPAMPA devem estar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica e para a formação do profissional da educação, reflexivo, agente ativo de seu saber, com competências e habilidades para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional e Tecnológica, atento à atual conjuntura brasileira, ao contexto mundial e à sustentabilidade social, bem como ser profissional capaz de criar desafios, problematizar/construir saberes, pautando-se pela ética e pelo respeito às individualidades, interagindo por meio das tecnologias de informação e de comunicação, valorizando as características regionais, as

identidades culturais, a educação ambiental, as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

Nesse contexto é que se faz a proposta da oferta do Curso de Geografia Licenciatura, na modalidade EAD que é estruturada a partir dos seguintes itens: Contextualização Institucional, Concepção do Curso, Organização didático pedagógica, recursos e avaliação.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 UNIPAMPA: histórico de implantação e desenvolvimento da instituição

A Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), criada por meio da Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação com o objetivo de ministrar Ensino Superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas. A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados.

Nesse sentido, a UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento

a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado.

Coube à UFSM implantar os *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: *Campus* Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; *Campus* Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Física - Licenciatura, Química - Licenciatura, Matemática - Licenciatura, Letras – Licenciatura (Português e Espanhol), Letras – Licenciatura (Português e Inglês); *Campus* Caçapava do Sul: Geofísica; *Campus* Dom Pedrito: Zootecnia; *Campus* Itaqui: Agronomia; *Campus* Jaguarão: Pedagogia e Letras – Licenciatura (Português e Espanhol); *Campus* Santana do Livramento: Administração; *Campus* São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e Serviço Social; *Campus* São Gabriel: Ciências Biológicas - Licenciatura e Ciências Biológicas - Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; *Campus* Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 29 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA. Para dar suporte às

atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação. Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de *campus*, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos *campi*, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membro eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, por Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página *web* <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/>

No final do ano de 2015, realizou-se a segunda eleição de reitorado da Universidade e, no final do ano de 2016, eleições para o segundo mandato dos dirigentes dos *campi* e coordenadores de cursos. No esforço de ampliar as ações da Universidade, em face de seu compromisso com a região onde está inserida, foram criados, nos últimos anos, mais 35 cursos, sendo estes: Engenharia Mecânica, Engenharia Agrícola, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações no *Campus* Alegrete; Música - Licenciatura no *Campus* Bagé; Ciências Exatas - Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Mineração, Geologia e Engenharia Ambiental e Sanitária no *Campus* Caçapava do Sul; Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, Ciências da Natureza - Licenciatura, Enologia e Educação do Campo - Licenciatura no *Campus* Dom Pedrito; Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Engenharia de Agrimensura e Matemática-Licenciatura no *Campus* Itaqui; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, História – Licenciatura , Produção e Política Cultural, Letras Português - Licenciatura (modalidade a distância) no *Campus* Jaguarão; Relações Internacionais, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Ciências Econômicas e Direito no *Campus* de Santana do Livramento; Ciências Sociais – Ciência Política, Relações Públicas e Ciências Humanas – Licenciatura no *Campus* São Borja; Biotecnologia no *Campus* São Gabriel; Medicina Veterinária, Educação Física - Licenciatura, Curso Superior de

Tecnologia em Aquicultura , Ciências da Natureza- Licenciatura e Medicina no *Campus* Uruguaiana. A oferta desses cursos contemplou, também, o turno da noite em todos os *campi*, contribuindo para a ampliação do acesso ao Ensino Superior e a expansão deste nível de ensino na região de abrangência da Universidade. Atualmente a UNIPAMPA oferece 66 cursos de graduação, sendo 65 presenciais e 1 na modalidade a distância

A instituição também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Conforme dados da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 18 (dezoito) programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 37 (trinta) programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização), nos seus dez *campi*. Os cursos de *stricto sensu*, são: *Campus* Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; *Campus* Bagé: Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; *Campus* Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral; *Campus* Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação; *Campus* São Gabriel: Mestrado Acadêmico em Ciências Biológicas; Doutorado em Ciências Biológicas; *Campus* Uruguaiana: Mestrado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado em Ciências Fisiológicas; Doutorado em Bioquímica; Doutorado em Ciências Biológicas.

Os cursos ofertados no modo *lato sensu* são: *campus* Alegrete: Especialização em Engenharia Econômica; *campus* Bagé: Especialização em Educação e Diversidade Cultural; Especialização em Processos Agroindustriais; Especialização em Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação; *campus* Caçapava do Sul: Especialização em Geofísica e Geologia Aplicadas a Recursos Naturais e Meio Ambiente; Especialização em Educação Científica e Tecnológica; *campus* Dom Pedrito: Especialização em Produção Animal; Especialização em Agronegócio; Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza; *campus* Itaqui: Especialização em Produção Vegetal; *campus* Jaguarão: Especialização em Direitos Humanos e Cidadania; Especialização em Educação Ambiental; Especialização em Tecnologias Digitais e Educação; Especialização em Ensino de História; Especialização em Gestão Estratégica em Turismo; *campus* Santana do Livramento: Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira; Especialização em Gestão Estratégica de Pequenas e Médias

Empresas; Especialização em Gestão Pública; *campus* São Borja: Especialização em Políticas Públicas; Especialização em Atividades Criativas e Culturais; Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar; *campus* São Gabriel: Especialização em Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade; Especialização em Gestão Pública e Meio Ambiente; *campus* Uruguaiana: Especialização em História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Especialização em Educação em Ciências; Especialização em Neurociência Aplicada à Educação; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

O crescimento da UNIPAMPA pode ser observado através do aumento do número de matrículas no ensino de graduação, que passou de 1.527 alunos no ano de 2006, para 9.915 no ano de 2016. Da mesma forma com relação ao ensino de pós-graduação, que ampliou de 50 alunos matriculados no ano de 2008 para 1.053 no ano de 2016. Também são relevantes os números relacionados ao corpo de servidores docentes e técnico-administrativos em educação. Em 2008, havia 237 professores e 148 técnicos. No final de 2016, integram a Universidade, 912 docentes e 855 técnico-administrativos.

Em relação ao campus São Borja, sede do curso ofertado, ele está constituído por 67 docentes, 40 técnicos administrativos e 24 servidores terceirizados, de 1033 alunos de graduação e 68 de pós-graduação. Na graduação, oferece os cursos de Ciências Humanas-Licenciatura; Ciências Sociais – Ciência Política, Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda; Relações Públicas e Serviço social. Na pós-graduação oferta dois mestrados profissionais Políticas Públicas e Indústria Criativa.

1.2 Políticas de ensino, pesquisa e extensão e suas respectivas atividades

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014/2018) as políticas de ensino, pesquisa e extensão da UNIPAMPA devem levar à formação de um egresso crítico, com autonomia intelectual construída a partir da interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Que a interação entre estas políticas possibilite que os profissionais formados façam uma leitura crítica da realidade e, a partir desta leitura

operem transformações positivas na sociedade em que estiverem inseridos. Neste contexto é que estarão enquadradas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Geografia Licenciatura.

1.2.1 Políticas de Ensino

Formar o egresso com o perfil definido é uma tarefa que requer o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos. A formação desse perfil exige uma ação pedagógica inovadora, centrada na realidade dos contextos sociocultural, educacional, econômico e político da região onde a Universidade está inserida. Pressupõe, ainda, uma concepção de educação que reconheça o protagonismo de todos os envolvidos no processo educativo e que tenha a interação como pressuposto epistemológico da construção do conhecimento. Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciada e comprometida com as necessidades contemporâneas locais e globais. Para alcançar esse propósito, torna-se fundamental ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, valorizem a relação teórico-prática e reconheçam a interdisciplinaridade como elemento fundante da construção do saber. Torna-se, ainda, imprescindível a existência de um corpo docente que se comprometa com a realidade institucional, que tenha capacidade reflexiva, que seja permanentemente qualificado, de forma a responder aos desafios contemporâneos da formação acadêmico-profissional. Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, o ensino será pautado pelos seguintes princípios específicos: (a) Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento; (b) Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior; (c) Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos; (d) Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas; (e) Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e

subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas; (f) Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior; (g) Consideração do discente como sujeito no processo educativo; (h) Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas; (i) Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação; (j) Promoção institucional da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação; (h) Implementação de uma política linguística no nível da graduação e pós-graduação que favoreçam a inserção internacional.

1.2.2 Políticas de Pesquisa

As atividades de pesquisa devem estar voltadas à geração de conhecimento, associando ações pedagógicas que envolvam acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para isso, são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa que promovam a interação entre docentes, discentes e técnico-administrativos. O enfoque de pesquisa, interligado à ação pedagógica, deve desenvolver habilidades nos discentes, tais como: a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e a aplicação de modelos e a redação e a difusão da pesquisa de forma a gerar o conhecimento científico.

A construção da relação da pesquisa com o ensino e a extensão possibilita uma leitura contínua e crítica da realidade. Tal tarefa torna-se mais complexa em função das progressivas exigências, impostas por órgãos de fomento à pesquisa, no aumento da produtividade e qualidade do conhecimento gerado. Portanto, é imprescindível adotar políticas de gestão que aproximem os pesquisadores de todos os campi na busca do compartilhamento de recursos e do saber. Nesse sentido, foi formada a Comissão Superior de Pesquisa, com representação dos servidores e discentes, com caráter consultivo e deliberativo acerca das questões pertinentes às atividades de pesquisa. Dentre essas atividades está a busca pelo fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, visando a ações que promovam o constante diálogo em prol do desenvolvimento sustentado, respeitando princípios éticos, incentivando as diferentes áreas do conhecimento que projetem a Instituição no plano nacional e internacional. Em consonância com os princípios gerais do Projeto de Desenvolvimento Institucional e da

concepção de formação acadêmica, a pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos: (a) Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico; (b) Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação; (c) Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentado; (d) Incentivo a programas de colaboração internacional em redes de pesquisa internacionais; (e) Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científico e intercâmbio de docentes no País e no exterior através de parcerias com programas de pós-graduação do País e do exterior.

1.2.3 Políticas de Extensão

O Plano Nacional de Extensão estabelece que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Nessa concepção, a extensão assume o papel de promover essa articulação entre a universidade e a sociedade, seja no movimento de levar o conhecimento até a sociedade, seja no de realimentar suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica com ela. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão pode gerar novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Assim, o caráter dinâmico e significativo da vivência que se proporciona ao estudante, através das ações de extensão, exige que a própria Universidade repense a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização curricular.

Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, a Política de Extensão deve ser pautada pelos seguintes princípios específicos: (a) Valorização da extensão como prática acadêmica; (b) Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da Universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e a mitigação dos problemas sociais da região; (c) Interação dialógica:

essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a Universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão dupla e de troca de saberes. A extensão deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da Universidade; (d) Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação; (e) Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre disciplinas, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos; (f) Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente. Nesse sentido, as atividades de extensão precisam ser reconhecidas no currículo com atribuição de créditos acadêmicos; (g) Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, colaborando com políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal da cultura; (h) Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias, bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional.

1.3 Contexto de inserção da UNIPAMPA

A UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões

Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios.

A realidade atual impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais se pode citar: o baixo investimento público per capita, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos centros desenvolvidos do Estado do Rio Grande do Sul, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

A região apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de identificação das potencialidades regionais e apoio no planejamento para o fortalecimento das mesmas sempre considerando a preservação do Bioma Pampa nessas ações. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência devem refletir esse comprometimento.

Desse modo, a inserção institucional, orientada por seu compromisso social, tem como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da

integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura *multicampi* facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

1.4 Justificativa para criação do Curso de Geografia

O Censo do Ensino Superior de 2016 (BRASIL, 2017)¹ evidenciou o fato de que metade dos professores do ensino básico ministra aulas de matemática, física, filosofia, geografia, inglês sem formação específica para a área. Para atender os objetivos de qualificar os processos de ensino e de aprendizagem na educação básica brasileira, é necessário modificar esse quadro.

O Curso de Licenciatura em Geografia EAD está articulado com o governo federal no propósito de reestruturação do sistema educacional vigente, projeto que encaminha para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, oportunizando acesso, permanência, formação inicial e continuada consistente e significativa ao maior número de sujeitos que desejam atuar na área.

Nesse sentido, a justificativa para a implementação desse curso, está fundamentada, além das demandas já apontadas ao longo da contextualização, na identificação da oferta insuficiente de cursos² para a formação de profissionais habilitados para o exercício profissional de professor de Geografia na Educação Básica, sendo essa também uma antiga demanda da comunidade na qual a UNIPAMPA está inserida.

É relevante comentar, que, a fim de viabilizar as melhorias na educação, em janeiro de 2009, o governo federal brasileiro, instituiu, através do Decreto nº 6.755, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que orienta a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento de programas de formação inicial e continuada.

¹ Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf

² Disponível em <http://www.ead.com.br/carreiras/licenciatura-em-geografia-a-distancia.html> acessado em 18/10/2017.

Essa política tem como meta efetivar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

A intenção principal é qualificar a formação dos professores que atuarão e/ou estão em exercício nas escolas públicas, bem como integrar a educação básica e a superior, visando aperfeiçoar os processos de ensino, de aprendizagem e de gestão nas instituições públicas. Além disso, a política educacional está voltada para a expansão da oferta de vagas, de cursos e para a melhoria da qualidade nos cursos de formação dos docentes.

Dentre os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, e que coadunam com essa proposta, estão:

- a formação docente como compromisso com um projeto social, político e ético, para todas as etapas da educação básica, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, promovendo a emancipação dos sujeitos e grupos sociais;
- a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação, as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino;
- a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e à distância;
- a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, com base no conhecimento cientificamente construído, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- a importância do projeto formativo nas instituições de ensino superior que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar;

- a equidade no acesso à formação inicial e continuada, buscando a redução das desigualdades sociais e regionais;
- a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de ensino;

O Decreto especifica que o atendimento à necessidade de formação inicial de profissionais docentes se concretizará através da ampliação das matrículas oferecidas pelas instituições públicas de educação superior em cursos de licenciatura e de pedagogia, presenciais ou à distância, e através do apoio técnico ou financeiro para atendimento de necessidades específicas.

Recentemente, no dia 18 de outubro de 2017, o MEC anunciou uma nova política de formação de professores, que entre as medidas estão a residência pedagógica, uma Base Nacional para nortear o currículo de formação e a ampliação do ensino a distância.

São objetivos do MEC com essa política ampliar a qualidade e o acesso à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, pois “pesquisas indicam que a qualidade do professor é o fator que mais influencia a melhoria do aprendizado”, (DEMO, 2012, p.12). O que encaminha para a ideia que, independente das diferenças de renda, de classes sociais e das desigualdades existentes, a qualidade do professor é o que mais pode nos ajudar a melhorar a qualidade da educação.

As medidas foram elaboradas com base nas informações do último Censo da Educação, divulgado em 2016, que mostram que, dos quase 2,2 milhões de professores da Educação Básica, mais de 480 mil só possuem Ensino Médio e mais de 6 mil, apenas o Fundamental. Cerca de 95 mil têm formação superior, mas não em cursos de licenciatura. Apenas 1,6 milhão possuem formação em licenciatura, porém, muitos desses não atuam em sua área de formação. (Idem, BRASIL, 2017).

Assim sendo, para preencher seus quadros de educadores, diversas secretarias, por falta de opção, são obrigadas a aceitar inscrições de professores com a formação inadequada para a vaga dos concursos. No entanto, é preciso ressaltar que o Plano Nacional de Educação (PNE), prevê que todos os professores da Educação Básica

tenham formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até 2020, o que justifica a demanda de cursos de Licenciatura em Geografia que atendam esse público.

Essa lacuna poderá ficar mais explícita a partir de 2020, pois embora a legislação recomende a formação de professores em nível superior, o curso de Magistério, de nível médio, ainda é aceito na Educação infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como suficiente para habilitar o professor.

Para contribuir com essas demandas, a Universidade Aberta do Brasil, ampliou a oferta e o acesso de cursos de graduação e programas de educação superior, por meio da educação a distância. “A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados” (BRASIL, 2017).³ É também objetivo do programa o de “reduzir desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância” (BRASIL, idem).

O governo esclareceu (Idem, BRASIL, 2017) que a UAB vai oferecer 250 mil vagas entre 2017 e 2018, sendo 75% delas reservadas para a formação de professores em seu primeiro ou segundo curso em licenciatura, com aprofundamento em áreas como Matemática, Português e tecnologias de informação e comunicação.

Tais ações governamentais visam contribuir para minimizar uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro, que é o reconhecimento de que muitos professores que atuam na Educação Básica sem a formação adequada para a função.

No contexto da realidade educacional atual e buscando atender aos documentos oficiais que regem a educação nacional, entre eles: o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 10.172/01), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996); as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP 01/02, Resolução CNE/CP 02/02 Resolução nº1, de 09/08/2017), em cursos de Licenciatura, de graduação plena, presenciais ou na modalidade a

³ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/uab> acessado em 15/10/2017.

distância, justifica-se a necessidade de concretização do curso de Licenciatura em Geografia na modalidade à distância.

Nesse sentido, considerando o número de estudantes e profissionais que poderiam ser beneficiados pela criação desse curso e, especialmente a demanda de graduar até 2020 os sujeitos que já atuam nas escolas sem essa habilitação, planejamos esse curso com características inovadoras e diferenciais importantes da maioria dos cursos existentes. Percebemos inovação como uma ruptura na maneira ‘habitual’ de fazer as coisas, uma descontinuidade com relação às alternativas existentes, oferecendo outras opções para problemas coletivos e com relevância social.

Um dos motivos para a busca de alternativas diferentes para a formação docente está apoiado no contexto do quadro educacional do Brasil, cujos índices de aprendizagem na Educação Básica, estão muito aquém dos desejados.

Pesquisas (Gatti, FCC, PISA, INAF) identificam que uma das causas desses indicadores poderia estar no currículo dos cursos de licenciatura, que em sua maioria pretere a teoria à prática, contribuindo para que o professor fique, muitas vezes, refém de ideias alheias, teorias as quais não atribui significado na prática, comentando muitas vezes, equivocadamente, que “a teoria, na prática é outra”.

Além desses motivos, é preciso considerar que a orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aponta na direção de “assegurar flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos”.

Essa orientação não parece estar sendo considerada, como é possível perceber na análise dos currículos dos cursos de licenciatura realizado por Gatti (2009), que em suas conclusões descreve

Pela análise realizada foi possível constatar que: a) o currículo proposto pelos cursos de formação de professores tem uma característica fragmentária, apresentando um conjunto disciplinar bastante disperso; b) a análise das ementas revelou que, mesmo dentre as disciplinas de formação específica, predominam as abordagens de caráter mais descritivo e que se preocupam menos em relacionar adequadamente as teorias com as práticas; c) as disciplinas referentes à formação profissional específica apresentam ementas que registram preocupação com as justificativas sobre “o porquê” ensinar, o

que, de certo modo, contribuiria para evitar que essas matérias se transformassem em meros receituários; entretanto, só de forma muito incipiente registram “o quê” e “como” ensinar; d) a proporção de horas dedicadas às disciplinas referentes à formação profissional específica é de 30%, ficando 70% para as outras matérias oferecidas nas instituições formadoras. Cabe a ressalva, já feita na análise das ementas, segundo a qual, nas disciplinas de formação profissional, predominam os referenciais teóricos de natureza sociológica, psicológica ou outros, com associação em poucos casos às práticas educacionais (p.233).

O parecer CNE776/97⁴, já comentado, também sugere a necessidade de revisão de “toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.” (p.1) Pela análise procedida por Gatti (2009), as informações do Censo do Ensino Superior (2016) é possível inferir que a maioria dos cursos está tendo dificuldades em encaminhar essa sugestão.

Na elaboração dessa proposta de curso, concordamos também com o parecer dos relatores do CNE 776/97, que os cursos de graduação precisam “abandonar as características de que muitas vezes se revestem, [...] de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, [...] preparando o graduando para os desafios das rápidas transformações da sociedade [...]. (p.2)”

Entre a data desse parecer (1997) e o estudo de Gatti (2009), doze anos se passaram. Parece não ter sido tempo suficiente para modificar a forma e o conteúdo amalgamado de muitos cursos de formação de professores. Nessa proposta temos a ambição de inovar desde a estrutura curricular, que será articulada a partir do primeiro semestre, a flexibilização da integralização, o compromisso/acompanhamento de que cada componente seja obrigatoriamente composto de 2h-teoria, 2h-prática, bem como a demanda de que os componentes tenham como objetivo geral, um produto final e que o seu conteúdo que perpassa o componente seja coerente e direcionado para ele, bem como sejam explicitados os objetivos de aprendizagens relacionadas a cada procedimento planejado, conforme o modelo de Plano de Ensino do curso (Apêndice E).

⁴ Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf
acessado em 23/02/2017

Os cursos de graduação necessitam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimentos e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar autonomamente os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Nesse sentido, planejamos o curso considerando também as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação (BRASIL, 2017), elaboradas com o propósito de atender as atuais demandas de democratização e as exigências de qualidade do ensino da sociedade brasileira, bem como estabelecer bases comuns para os sistemas e instituições de ensino. As DCNs sinalizam para a necessidade da organização de um currículo que enfatize a diminuição do distanciamento entre a formação acadêmica e a formação para a prática.

Conforme as DCNs o perfil do egresso necessita atender competências e habilidades voltadas para o exercício profissional da docência, muitas vezes relevada, em cursos de licenciaturas específicas, enfatizando componentes cujo conteúdo é acessível por outros meios, em detrimento das matérias pedagógicas, que deveriam ser o cerne dos cursos de licenciatura, cujo o foco é formar professores habilitados para a docência (BRASIL, 2017).

Também são enfatizadas no currículo, entre outros aspectos, a diversidade sociocultural e regional do país, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas e a autonomia universitária, tanto no que diz respeito às questões teóricas quanto às metodológicas próprias da Geografia como campo de conhecimento.

Outra dimensão proposta pelo Parecer CNE/CP N°5/2005 refere-se à articulação entre três eixos formadores, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão. Esta perspectiva de trabalho contempla tanto o exercício da docência como o de diferentes funções do trabalho pedagógico em escolas, o planejamento, a coordenação, a avaliação de práticas educativas em espaços não-escolares, a realização de pesquisas que apoiem essas práticas atendendo ao que expressa no Parecer CNE/CP N° 5, [...] a consolidação da

formação inicial terá lugar no exercício da profissão que não pode prescindir da qualificação continuada (BRASIL, 2005, p.6).

1.5 Pressupostos legais e normativos

Quanto à legislação que apoia a estruturação e o funcionamento dos cursos de Licenciatura e de formação de professores, esse curso foi elaborado utilizando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo as atualizações, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Geografia.

Para a construção deste PPC, foram considerados os seguintes documentos:

Legislação específica cursos de licenciatura:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96;
- A Lei 10.639/2003, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;
- Lei 11.645/2008, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; - Parecer CNE/CP nº 003/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; -
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, o Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; -

- Parecer CNE/CP nº8/2012 e a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. –
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que estabelece as normas para realização de estágios de estudantes; -
- Lei nº 12.796/2013, que altera a Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos/as profissionais da educação e dar outras providências;

Legislação Geral para os cursos de graduação Bacharelado/ Licenciatura/Tecnológico

- Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução nº 01/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena
- Resolução CNE/CP nº 02/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores
- A Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Portaria nº 3.284/2003, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

- Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Portaria n. 4059, de 13 de dezembro de 2004 a qual dispõe sobre oferta na modalidade semipresencial.
- Decreto nº 5.622/2005, art. 4º, inciso II, § 2º, sobre a prevalência da Avaliação presencial de EAD.
- Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Parecer CES 15/2005, que trata das Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002;
- Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes.
- Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.
- Resolução CONAES nº 01/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante.
- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.
- Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista.

- Parecer CNE/CP nº 08/2012 e a Resolução nº 01/2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Lei nº 12.605/2012, a qual determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas;
- Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação.
- Orientação Normativa nº 02/2016, a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Orientações Normativas Institucionais

- Lei nº 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa.
- Resolução CONSUNI nº 05/2010, que aprova o Regimento Geral da UNIPAMPA, alterado pela Resolução 27/2011.
- Resolução CONSUNI nº 20/2010, que dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os estágios realizados no âmbito desta Instituição.
- Resolução CONSUNI nº 71/2014, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 –2018).
- Resolução CONSUNI nº 80/2014, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA.
- Resolução CONSUNI nº 97/2015, a qual normatiza o NDE na UNIPAMPA.

Legislação para Educação a Distância⁵ Decretos

⁵ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12778-legislacao-de-educacao-a-distancia> acessado em 22/10/2017.

- Decreto N.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, 20/12/1996 (LDB).
- Decreto N.º 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- Decreto N.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Desde o início dos anos 2000 os cursos de licenciatura em Geografia foram sendo extintos no Rio Grande do Sul. Como consequência tem-se a paulatina falta de professores qualificados para trabalhar com esta disciplina.

Preocupada com esta realidade, já no ano de 2010, o Campus de Jaguarão apresentou a primeira proposta para implantação de um Curso de Licenciatura em Geografia considerando que, em sua região de abrangência, a maior parte dos professores que atuavam nesta disciplina, não tinha qualificação para tal. Esta é uma realidade que se repete no contexto geral do estado.

Nesse contexto, apesar da proposta não ter sido efetivada, evidencia-se cada vez mais, a necessidade da implantação do curso no âmbito geral da universidade, agora sendo pensada na modalidade em EAD que amplia a oferta de vagas e consequentemente do número de profissionais qualificados. Assim, a partir do final do ano de 2016, a proposta ora apresentada passou a ser gestada.

2.1 Concepção do Curso

2.1.1 Contextualização pedagógica e perfil do Curso – Geografia Licenciatura

O Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Geografia, os Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância - SEED/MEC, enfatizando a formação para o uso didático de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Geografia, o Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas, do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto pedagógico do Curso de Licenciatura na UAB procura valorizar o trabalho geográfico e pedagógico do professor, para que ele desenvolva condições de conduzir os processos de ensino e de aprendizagem de acordo com a teoria e a prática da Geografia.

No mundo contemporâneo, o dinamismo e a complexidade das relações entre sociedade e natureza, as intensas e constantes migrações, refugiados, o estabelecimento de fronteiras, demanda a participação ativa de profissionais habilitados para a compreensão crítica sobre estes temas. Nesse sentido, para elaborar um curso de formação de docentes para envolvidos com essa área do saber, pressupõe a contribuição de diferentes campos do conhecimento – filosófico, antropológico, histórico, ambiental, psicológico, linguístico, sociológico, político, econômico e cultural.

Ao professor de Geografia compete compreender a complexidade (MORIN, 2000, 2003) do real e suas múltiplas relações no processo de transformação contemporâneo por meio das categorias e conceitos espaciais, de maneira que possa, em sala de aula, contribuir para que os sujeitos reflitam criticamente sobre as inter-relações de sua experiência com as esferas local, nacional e internacional.

Torna-se, assim, ainda mais urgente a exigência da formação em nível superior como forma de ampliar a um maior número de pessoas o resultado do acesso à informação e à comunicação. A utilização do aparato tecnológico do ensino a distância permite ampliar a capacidade de compartilhar conhecimento e informação. A democratização do ensino proporcionada pela inserção tecnológica levará a um salto qualitativo na educação e no ensino da Geografia.

Entretanto, somente a presença de um aparato tecnológico não garante mudanças substanciais na prática docente, sendo necessária a presença constante de profissionais competentes. A metodologia decorrente da inclusão digital constitui-se numa alternativa para suprir as necessidades de formação teórica, metodológica e prática na atualização e qualificação dos docentes em Geografia, permitindo-lhes uma abordagem integradora e transformadora.

O curso de licenciatura proposto no âmbito da UAB nos polos de cidades do estado do Rio Grande do Sul, tem condições de desenvolver e levar à inclusão digital não só dos alunos dos próprios municípios-sede, mas também dos municípios em suas áreas de influência, enquanto a necessidade de tutores presenciais e de pessoal técnico para a manutenção dos equipamentos aumentará a oferta de empregos qualificados. O número de alunos formados no Ensino Médio no Rio Grande do Sul justifica o empreendimento.

2.1.2 Objetivos

2.1.2.1 Objetivo Geral:

O curso de Geografia, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA tem por **Objetivo Geral**:

Instrumentalizar professores para atuar na Educação Básica oportunizando a aprendizagem da Geografia nas perspectivas tradicionais, crítica e sociocultural. Formar professores de Geografia que compreendam a organização espacial e o sistema educacional, que possuam autonomia intelectual e desenvolvam consciência crítica dos problemas contemporâneos no trato das questões geográficas e pedagógicas.

2.1.2.2 Objetivos Específicos:

O curso de Geografia, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA tem por **Objetivos Específicos**:

- a) Contribuir para a formação de docentes comprometidos com a aprendizagem dos alunos, a produção e a socialização do conhecimento pertinente (MORIN, 2000);
- b) Oportunizar a formação de professores de Geografia habilitados para o exercício da docência nesse componente curricular na Educação Básica do Brasil;
- c) Desenvolver estratégias de aprendizagem adequadas, considerando a diversidade do público alvo, a metodologia do ensino à distância, visando a reconstrução e a ressignificação do conhecimento pelos sujeitos;
- d) Contribuir para a formação de um profissional socialmente responsável, comprometido em contribuir para qualificar a vida da população brasileira, considerando a inclusão e a sustentabilidade;

- e) Oferecer uma formação profissional de qualidade numa perspectiva de educação humanizada;
- f) Desenvolver a capacidade de analisar e atuar na sociedade contemporânea a partir dos saberes geográficos;
- g) Formar um profissional apto a compreender e promover soluções para problemas sociais e ambientais de sua comunidade;
- h) Formar educadores comprometidos com o ensino da Geografia.
- i) Formar profissionais capacitados a desenvolver propostas pedagógicas interdisciplinares;

Para esclarecer os conceitos que perpassam esses objetivos, julgamos relevante explicitar as concepções e pressupostos que o embasam.

Em relação ao conceito de ‘formação’, concordamos com Morin (2012), que percebe relações dessa palavra com ‘molde’, ‘adequação’, e enfatiza que a missão do didatismo precisa ser a de encorajar o autodidatismo, despertando, provocando, favorecendo a autonomia do espírito. (MORIN, 2012, p.11- grifo nosso).

Significa afirmar que formação para nós é contribuir para a autonomia intelectual dos alunos, para que reaprendam a aprender, a selecionar informações, priorizar conteúdos, fazer escolhas, posicionar-se criticamente, argumentar sobre seus posicionamentos, ouvir o outro, respeitar a diversidade, valorizar a vida, a ética, a terra, o planeta, o mundo, reconhecendo sua incompletude e a do conhecimento.

Compactuamos também com a ideia de que a qualidade da formação docente vem sendo apontada como fator com potencial determinante para a qualificação dos processos de ensino, de aprendizagem (IMBERNON, 2007; DEMO, 2012), que o desempenho do discente é dependente/autônomo da qualidade da prática docente, que por sua vez, está articulada com a (auto)formação continuada e permanente que objetiva refletir criticamente sobre o cotidiano da ação a fim de qualificá-la.

Nesse sentido, nada é mais importante do que um professor que reaprende continuamente, para que o aluno aprenda (DEMO, 2012), porque, qualidade docente é o fator mais incisivo entre as condições para que o aluno possa aprender bem, mesmo que

não seja a única (DARLING-HAMMOND, 2005, 2009), porque não há docência sem discência (FREIRE, 1997) e só ensina quem aprende (GROSSI, 1998).

O objetivo da profissão docente é a aprendizagem de todos os alunos, consequentemente o professor é o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008). A meta, o produto do seu trabalho é a aprendizagem dos seus alunos. Sendo assim, seu papel é planejar, elaborar, desenvolver estratégias para oportunizar que todos os alunos aprendam os conteúdos que deseja ensinar, ciente de que:

- a) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou reconstrução (FREIRE, 1997).
- b) Aprender demanda pensamento, reconstrução, (res)significação, atribuição de sentido ao conteúdo, incorporando/relacionando/articulando com uma base conceitual subjetiva existente. (DEMO, 2012).
- c) Aprender significa reconstruir relações entre o conhecimento prévio e a nova informação. (POZO, 2014).
- d) Ser capaz de reproduzir ideias alheias não é sinônimo de aprendizagem. Memorizar sem significar não é aprender, pois, a memória viaja leve, só leva o que tem serventia e o que dá prazer (ALVES, 2002).

Por isso, uma das estratégias didáticas mais produtivas envolve promover, potencializar a interação entre os saberes dos sujeitos, partindo do seu conhecimento para ir além, conscientes de que o “[...] conhecimento progride pela capacidade de contextualizar e englobar” (MORIN, 2012, p.15).

A profissão docente é caracterizada por práticas nas quais a experiência individual pode se converter em coletiva, porém o modo de sistematizar a socialização do conhecimento construído com a experiência profissional, precisa ser organizado com base no conhecimento cientificamente construído sobre como os sujeitos aprendem e como é possível ensiná-los. Fato que também encaminha para a necessidade de (auto) formação pedagógica, pois “o problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento” (MORIN, 1996, p. 176).

O ensino é, então, o meio/instrumento que o professor utiliza para alcançar o fim/propósito de sua profissão: a aprendizagem de todos os alunos. O foco da ação é o aluno. Coerente com essa ideia há necessidade de partir do diagnóstico do conhecimento já existente para ir além, sistematizando e avaliando processualmente os

avanços, desenvolvendo ações cotidianas de retroalimentação, para que o sujeito tenha elementos para perceber-se aprendendo, para desejar permanecer no curso e não evadir.

A (auto) formação continuada oportuniza também repensar necessidades, desejos, limitações, possibilidades. Nesse processo de idas e vindas, de atalhos e bifurcações os professores vão elaborando maneiras de ser e estar na profissão (NÓVOA, 1995). Nesse processo, necessitam considerar a inexistência de obviedades, pois o que é óbvio para um, não o é para o outro ou, como afirma Lacerda (2002).

Nossas certezas são para nós mesmos tão óbvias, claras e definitivas que nos impedem de perceber que são tão somente formas óbvias, claras e definitivas que temos de olhar para o que somente nós vemos. Qualquer coisa que ultrapasse isso, necessariamente precisará esbarrar nas certezas do outro, e de um outro, e de mais um outro também. (LACERDA, 2002, p.39 - grifo nosso)

2.1.3 Perfil do Egresso

O egresso desse curso de Licenciatura em Geografia precisa ter reconstruído e ressignificado ao longo do curso, um conjunto de informações, conceitos procedimentos, atitudes e saberes articulados ao conteúdo dos componentes, bem como com as competências profissionais necessárias para desenvolver seu papel com qualidade.

O egresso precisa estar instrumentalizado para:

- Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia;
- Dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico;
- Compreender e explicar o fenômeno educativo, reconhecendo a importância das partes e do todo que o constituem, a incerteza e a complexidade do real;
- Planejar, produzir e utilizar estratégias didáticas adequadas aos conteúdos escolares dos níveis/anos/modalidades de ensino em que irá atuar, identificando o conhecimento prévio dos alunos, viabilizando a aprendizagem de todos, atualizando-se sobre o uso e o avanço das diferentes tecnologias;

- Identificar, analisar e produzir conhecimento sobre situações educacionais com atitude investigativa, interativa e interventiva, através da reflexão crítica cotidiana sobre a sua prática;
- Desenvolver projetos de pesquisas sobre e com os discentes, constituindo grupos de pesquisa, reconhecendo a necessidade de formação permanente e continuada;
- Planejar e desenvolver atividades em grupo, de modo proativo, colaborativo e produtivo;
- Identificar, acompanhar e analisar criticamente políticas públicas relacionadas com a educação.

2.1.4 Campo de Atuação Profissional

O trabalho dos profissionais da Geografia é predominantemente intelectual e, como profissionais, eles podem exercer atividades tanto no setor público quanto no setor privado, mas especialmente na prática educacional. Assim, como outras profissões formadas em cursos de licenciatura, a atuação se dá especialmente em áreas de pesquisa, docência, assessoria, consultoria e planejamento com atuação direta no ensino básico.

Nesse contexto, o curso se propõe a formar o educador capaz de ocupar seu espaço e exercer a cidadania na escola como professora de Geografia. Missão esta, definida pela LDB – para as chamadas Ciências Humanas – como sendo a de formar para a cidadania e para o exercício profissional. Esta missão pressupõe a capacidade para o trabalho interdisciplinar e os princípios para a educação no século XXI da UNESCO: aprender a conhecer, a aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. (DELORS, 1998, p. 90)

2.2 Apresentação do curso

2.2.1 Administração Acadêmica do Campus São Borja

A interface administrativa do curso de Geografia é a administração acadêmica do Campus São Borja, a qual se articula com a estrutura organizacional da UNIPAMPA, conforme estatuto e regimento da Universidade

(UNIPAMPA/CONSUNI, 2010). Constituem a administração acadêmica do Campus: a) o Conselho do Campus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus. Integrado pelos Coordenadores(as) de Cursos de graduação e pós-graduação do Campus; Coordenador(a) da Comissão de Pesquisa; Coordenador(a) da Comissão de Extensão; representação docente; representação dos técnico-administrativos em educação; representação discente e representação da comunidade externa. b) a Direção: integrada por Diretor(a), Coordenador(a) Acadêmico(a) e Coordenador(a) Administrativo(a); c) a Coordenação Acadêmica: Integrada pelo Coordenador(a) Acadêmico(a); Coordenadores(as) de Curso do Campus; Núcleo de Desenvolvimento Educacional-NuDE; Comissões Locais de Ensino, de Pesquisa e de Extensão; Secretaria Acadêmica; Biblioteca do Campus; laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. As Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão: são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão) que têm por finalidade planejar e avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, de pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos em educação e representantes discentes; d) Coordenação Administrativa: Integrada pelo Coordenador(a) Administrativo(a); Secretaria Administrativa; Setor de Orçamento e Finanças; Setor de Material e Patrimônio; Setor de Pessoal; Setor de Infraestrutura; Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus e o Setor de Frota e Logística.

2.2.2 Comissão e Coordenação de Curso

A Comissão de Curso é o órgão que planeja, executa e avalia as atividades pedagógicas, também propõe alterações curriculares e discute temas referentes ao curso. As atividades da comissão de curso são presididas pelo coordenador. Os membros natos dessa comissão são os professores atuantes no curso e os membros eleitos democraticamente pelos seus pares: um representante discente e um representante dos servidores técnico-administrativos. O coordenador de curso e seu substituto são eleitos para um mandato de dois anos e deverão ter disponibilidade de tempo para as atividades da função.

De acordo com a Resolução 05 de 2010 da UNIPAMPA (2010), o curso será gerido pela figura do coordenador e, no caso de afastamentos temporários ou impedimentos eventuais, pelo coordenador substituto, eleitos para um período de dois anos. O perfil do coordenador de curso é de um professor que ministra componentes curriculares no curso e que possui graduação e doutorado na área da Geografia e experiência de magistério superior. O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação. O coordenador dedica-se à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho de Campus e demais instâncias da universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC. A comissão de curso será integrada pelos seguintes professores:

Dr.^a Adriana Cantini

Dr.^a Andréa Narvaes

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr.^a Claudete Robalos da Cruz

Dr. Edson Romário Paniágua

Ma. Juliana Rose Jasper

Dr.^a Lisianne Ceolin

Dr.^a Marilu Angela Campagner May

Dr. Maurício Aires Vieira

Dr. Muriel Pinto

Dr.^a Nola Patrícia Gamalho

Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Dr. Sidnei Luís Bohn Gass

Dr. Sávio Domingo

Dr.^a Simone Oliveira

Dr.^a Suzana Schwartz

A coordenadora do curso será a professora Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira que terá a responsabilidade de coordenar as reuniões de curso além de ser responsável por todos os aspectos legais, que englobam as relações institucionais

externas. Compõe o núcleo docente estruturante do curso, a comissão local de ensino e o conselho de campus e, a partir de 2018 passará a integrar o CONSUNI. O atendimento aos discentes é feito por meio digital (email) ou presencialmente, no gabinete da coordenação, sendo destinados três horários semanais para estes atendimentos. A professora Carmen Regina Dorneles Nogueira possui experiência profissional de 31 anos de magistério superior, sendo 6 anos na UNIPAMPA e 24 anos na URI Santo Ângelo. Além da disso, teve 13 anos de experiência no Ensino Básico (Estado do Rio Grande do Sul, Estado de São Paulo). Possui vasta experiência de gestão acadêmica, que somadas, ao tempo de magistério são maiores que 10 anos.

O curso possui um site oficial, na página da UNIPAMPA, onde há o contato da coordenação. A coordenadora é um docente do quadro efetivo em tempo integral e dedicação exclusiva. Dedicar pelo menos oito horas para sala de aula e cerca de 20 horas semanais à função de coordenação.

2.2.3 Núcleo Docente Estruturante

Conforme o estabelecido pela Resolução CONAES (BRASIL, 2010), “o Núcleo Docente Estruturante – NDE, de um curso de graduação, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”. Dentre as atribuições acadêmicas deste grupo estão os seguintes pontos: i) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; ii) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; iii) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; iv) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Curso de Graduação. O NDE se reúne mensalmente e será composto pelos seguintes docentes:

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr.^a Claudete Robalos da Cruz

Dr.^a Marilu Angela Campagner May

Dr. Muriel Pinto

Dr.^a Nola Patrícia Gamalho

Dr. Sidnei Luís Bohn Gass

A equipe do Curso será composta dos seguintes membros:

- 01 coordenador geral do Curso
- 01 Coordenador Pedagógico
- Professores autores (dois por disciplina)
- Secretaria
- Professores Supervisores de Tutoria (por conteúdo/disciplina)
- Tutores a distância (por conteúdo)
- Coordenação da Universidade Aberta e suplência
- Coordenação Pedagógica em EaD
- Apoio Pedagógico em EaD
- Sistema de Acompanhamento ao Estudante a Distância – Gerenciamento das Informações
- Desenvolvimento em TI (Tecnologias de Informação) – Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Moodle*)
- Apoio a Produção de Materiais Didáticos para EaD

2.2.4 Funcionamento do Curso

2.2.2.1 Titulação conferida.

Ao concluir todos os requisitos necessários para a integralização da formação curricular, de acordo com as normas estabelecidas pela UNIPAMPA, será concedido o título de Licenciado/Licenciada em Geografia.

2.2.2.2 Do processo seletivo, da oferta de vagas, ingresso e regime de matrícula.

O processo seletivo da UNIPAMPA ocorre para todos os cursos de graduação 1 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Excepcionalmente podem ser realizados

processos seletivos específicos como: realização de prova de conhecimentos gerais e/ou elaboração de redação e/ou ingresso de portador de diploma de graduação.

No curso de Geografia são ofertadas 50 vagas. O regime de matrícula é semestral, sendo as formas de ingresso e matrícula no Curso de Geografia – Licenciatura, regidas pelo calendário acadêmico, por editais específicos, pela Portaria Normativa MEC nº 02, janeiro de 2010 (BRASIL/MEC/SES, 2010) e de acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29, de 28 de abril de 2011.

2.2.2.3 Período de realização do curso

O Curso terá a duração de 4 anos (8 semestres) e será oferecido EAD. A carga horária mínima requerida por semestre é de 400 horas (para integralizar em 8 semestres) e 268 horas (para integralizar em 12) respectivamente.

2.2.2.4 Calendário acadêmico

O calendário acadêmico da UNIPAMPA é proposto pela Pró-Reitoria de Graduação e homologado pelo CONSUNI. Deve consignar, anualmente, as datas e os prazos estabelecidos para as principais atividades acadêmicas a serem realizadas nos *Campi* (UNIPAMPA/CONSUNI, 2011). O calendário acadêmico compreender dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 (cem) dias letivos cada um. Entre dois períodos letivos regulares, o calendário acadêmico indica um período especial com duração de, no mínimo, 2 (duas) semanas e, no máximo, 6 (seis) semanas. A carga horária de aula (hora-aula) é de 55 minutos, o que permite que os componentes sejam integralizados em 18 semanas.

2.2.2.5 Carga horária e respectiva distribuição no curso

A matriz curricular do curso de Geografia Licenciatura é estruturada em 8 semestres. O regime de matrícula é semestral, por componente curricular e respectiva carga horária/créditos, sendo que, cada 15 horas correspondem a um crédito. Enquanto currículo, o Projeto Político Pedagógico está organizado da seguinte forma: o currículo composto pelos componentes curriculares obrigatórios prevê 3210 horas, desenvolvidas nos seguintes componentes curriculares:

- a) Componentes curriculares obrigatórios de natureza técnico-científico 2325 horas;
- b) Trabalho de conclusão de curso 60 horas;
- c) Prática como componente curricular 420 horas;
- d) Estágio curricular supervisionado 405 horas.

O currículo composto por atividades complementares prevê o mínimo de 200 horas de atividades complementares de graduação (ACGs), caracterizadas por atividades de ensino, pesquisa, extensão, culturais, artísticas, sociais e de gestão, as quais são obrigatórias e desenvolvidas ao longo do curso.

No que tange a extensão o curso tem conhecimento da Lei que aprova o PNE e a sua estratégia 12.7 - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014- a qual prevê 10% da carga horária do curso destinada a ações extensionistas e está se organizando para atender a referida legislação. No âmbito institucional há um grupo de trabalho entre as Pró-Reitorias de Extensão e de Graduação dedicado a elaboração de normas internas sobre a temática.

A carga horária total prevista para o currículo é de 3.210 horas e atende a legislação da área de conhecimento do curso.

Ainda em relação ao currículo composto por atividades complementares obrigatórias, o Curso de Geografia Licenciatura, com o objetivo de diversificar a formação prevê a oferta de 24 créditos e 360 horas de componentes curriculares de graduação (CCCG) a serem realizados pelo acadêmico.

2.2.3 Formas de Ingresso

1. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):

I. Ocorre para todos os cursos de graduação 01 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos;

II. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Parágrafo único. Excepcionalmente podem ser realizados processos seletivos específicos autorizados pelo Conselho Universitário.

2. Reopção: forma de mobilidade acadêmica regulada por edital específico e condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação desta Universidade.

A mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes.

3. Processo seletivo complementar:

Em virtude da disponibilidade de vagas o Processo Seletivo Complementar é promovido, semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, com o fim de criar oportunidades de acesso ao ensino público superior.

3.1 Reingresso: É a forma de ingresso de ex-discentes da UNIPAMPA em situação de abandono ou cancelamento de curso há menos de 2 (dois) anos.

3.2 Transferência voluntária: É a forma de ingresso de discentes regularmente matriculados ou com matrícula trancada em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada, reconhecida conforme legislação, e que desejam transferir-se para essa Universidade, dispondo-se a cumprir as regras do edital proposto pela Instituição.

3.3 Portador de Diploma: É a forma de ingresso na UNIPAMPA para diplomados por Instituição de Ensino Superior do País, conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma da lei.

4. Transferência compulsória (Transferência *EX OFFICIO*): É a forma de ingresso concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da lei.

5. Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos. A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da instituição.

Programa estudante convênio: A matrícula de estudante estrangeiro, mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados, somente é aceita dentro do número de vagas oferecidas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

6. Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional: permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições.

7. Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros campi.

8. Matrícula Institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84.

Ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012, a UNIPAMPA oferta 25% (vinte e cinco por cento) das vagas de cada curso para as ações afirmativas L1 e L2; 25% (vinte e cinco por cento) para as ações afirmativas L3 e L4; 3% (três por cento) para a ação afirmativa A1 e 47% (quarenta e sete por cento) para a ampla concorrência.

I - Estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita:

a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (ação afirmativa L2);

b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L1).

II - Estudantes egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo *per capita*:

a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas; (ação afirmativa L4);

b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (ação afirmativa L3).

III - estudantes com deficiência (ação afirmativa A1).

IV - Estudantes que independente da procedência escolar, renda familiar ou raça/etnia (denominada ampla concorrência ou AC).

2.3 Organização Curricular

- A estrutura curricular da UNIPAMPA é semestral, sem pré-requisito e sem área de concentração, mas com disciplina do domínio conexo e atividades complementares. O formato a ser adotado será sequencial, sendo todas as componentes curriculares obrigatórias e necessárias para que o aluno cumpra o número de créditos e a carga horária necessária para obter a integralização curricular;
- Serão realizados, durante o desenvolvimento do curso, encontros presenciais e seminários temáticos, estudos à distância e avaliações;
- O número máximo de créditos a serem cursados em um semestre letivo não poderá ultrapassar 28 créditos e o número mínimo previsto é de 24 créditos. Para a conclusão de curso não serão levados em conta estes limites;
- O *Moodle* será adotado no curso como o sistema gerenciador de conteúdo de educação a distância.

2.3.1 Estrutura Curricular

- A infraestrutura de apoio acadêmico e administrativo será composta de: coordenador geral de curso, coordenador pedagógico, professores autores, secretaria, professores supervisores de tutoria, tutores a distância por conteúdo;

- A indicação do quantitativo de polos e possibilidades de expansão é de 50 vagas para cada município;
- A entidade executora do projeto será a UNIPAMPA em consonância com o sistema UAB;
- Deverá fazer parte da infraestrutura, estagiários, designer instrucional e equipe de informática;
- A equipe técnica dos polos deverá ser composta por coordenador de polo e tutores presenciais;
- A estrutura do polo deverá ter, ainda: biblioteca, contendo pelo menos acervo bibliográfico de acordo com as orientações do MEC, inclusive biblioteca virtual, para o curso que se pretende ofertar; laboratório de informática com acesso à Internet, recurso para transporte intermunicipal e hospedagem; equipe técnica e administrativa de apoio; e sustentabilidade financeira e orçamentária para instalação do polo;

Quanto à estrutura física e logística (Laboratórios; Bibliotecas, recursos tecnológicos e outros.). O polo será de responsabilidade do Município, Estado ou parcerias e consórcios.

Obs. A relação do mobiliário abaixo corresponde às necessidades de uma demanda para os polos implantarem o Curso de Geografia EAD.

SALA	ELEMENTOS	QUANTIDADES
Sala para Secretaria Acadêmica	Mobiliário Equipamento e serviços	1 mesa 1 mesa de escritório com gaveta 1 mesa par scanner 1 mesa para impressora 2 armários com 2 portas 2 arquivos de aço 1 mesa par telefone e fax 1 mural 2 cadeiras giratória 1 computador com gravador de CD 1 impressora a laser 1 scanner 1 aparelho de telefone e fax 1 webcam 1 nobreak Acesso á internet para o polo 1 linha telefônica com ramais
Sala da coordenação do Polo	Mobiliário Equipamentos e	1 mesa giratória com gavetas 2 cadeiras giratórias

	serviços	1 mural 1 mesa para computador 1 armário com portas 2 cadeiras estofada com braços 1 computador completo, com multimídia, gravador CD acesso internet (ver configuração) um webcam 1 aparelho de telefone
Sala para tutores	Mobiliário Equipamentos	4 mesas de reunião (4 pessoas) 16 cadeiras estofadas para reunião 4 cadeiras com braço 4 mesas de escritório 1 mesa de impressora 1 mesa de scanner 2 armários com duas portas 4 computadores completos 1 scanner 1 aparelho de telefone e fax 1 impressora 4 webcam
Sala de professores	Mobiliário	1 mesa de reunião (10 pessoas) 10 cadeiras estofada com braços 1 armário com porta 1 mural 1 quadro branco
Sala de aula presencial típica	Mobiliário	50 carteiras estofadas 1 quadro branco ou giz.. 1 mural 1 mesa para professor 1 cadeira estofada
Biblioteca	Mobiliário	4 mesas para 4 pessoas 16 cadeiras estofadas 3 cadeiras giratória com braços 2 mesas para computados 1 mesa de escritório com gaveta 2 armários com fechamento para guarda de acervo bibliográfico de multimeios: CD-ROM, disquetes, fitas de vídeos, DVD e outros 1 mesas para impressoras 1 armário com duas portas 4 estantes de aço (para disponibilização do acervo bibliográfico de livros e periódicos impressos) Equipamentos 2 Computadores completos (ver configuração) 1 aparelho telefônico 1 impressora
Laboratório de informática	Mobiliário Equipamentos	25 cadeiras estofadas 1 cadeira estofada para professor 25 mesas para computador ou banca 1 quadro branco 2 murais com vidro 1 mesa para projetor

		2 armários de segurança para equipamento 1 mesa para impressora 1 mesa para scanner 1 suporte para TV 25 computadores completos com acesso a Internet 25 webcam 1 impressora 1 scanner 1 projetor multimídia 1 aparelho de TV 29” e DVD 1 servidor 7 no break 1 HUB e roteador 2 Aparelhos de ar condicionado
--	--	--

Laboratório de Cartografia equipado com os seguintes mobiliário e materiais de acordo com o número de alunos dos polos:

Obs. A relação do mobiliário abaixo corresponde às necessidades de uma demanda para 100 alunos, os polos que apresentarem um número menor de alunos diminuirá os equipamentos na mesma proporção.

POLO	ELEMETO	QUANTIDADES
01	Mobiliário (Obs.: o mobiliário poderá ser o mesmo disponível no polo) Materiais (Obs.: os computadores poderão ser os mesmos disponíveis)	100 banquetas com cadeiras; 04 cadeiras 01 mesa para professor; 01 armário grande com 03 portas para mapas; 01 quadro branco. 03 microcomputadores Pentium IV conectados à internet; 01 impressora; 02 scanner; 01 Data Show XV – P 10 U; 02 Retroprojetores; 01 aparelho de DVD/VHS; 01 Antena Parabólica; 02 Planetários; 02 Globos; 01 GPS (Etrex - Garmin); 15 Bússolas; 50 Atlas Geográficos IBGE; 02 Mapas Mundi planisférico político; 01 mapa das bacias hidrográficas nacionais; 01 mapa temático de elementos de hidrografia 02 mapas temáticos de geomorfologia – nacional e regionais 02 mapas temáticos uso do solo – nacional e regional

		12 cartas topográficas plotadas coloridas DSG 02 mapas do Brasil (densidade demográfica e bacias hidrográficas); 01 mapa do Brasil político (IBGE); no polo)
02	Mobiliário (Obs.: o mobiliário poderá ser o mesmo disponível no polo) Materiais (Obs.: os computadores poderão ser os mesmos disponíveis no polo)	60 banquetas com cadeiras; 04 cadeiras; 01 mesa para professor; 01 armário grande com 03 portas para mapas; 01 quadro branco. 03 microcomputadores Pentium IV conectados À internet; 01 impressora; 02 scanner; 01 Data Show XV – P 10 U; 02 Retroprojetores; 01 aparelho de DVD/VHS; 01 Antena Parabólica; 02 Planetários; 02 Globos; 01 GPS (Etrex - Garmin); 15 Bússolas; 50 Atlas Geográficos IBGE; 02 Mapas Mundi planisférico político; 01 mapa das bacias hidrográficas nacionais; 01 mapa temático de elementos de hidrografia – nacional e regional 02 mapas temáticos de geomorfologia – nacional e regional 02 mapas temáticos uso do solo – nacional e regional 12 cartas topográficas plotadas coloridas DSG 02 mapas do Brasil (densidade demográfica e bacias hidrográficas); 01 mapas do Brasil político (IBGE);

A Instituição (polos) se responsabiliza pela infraestrutura física e equipamentos adequados à realização do trabalho monográfico pelos alunos, tais como: acervo bibliográfico, inclusive periódicos, acesso a Internet, a redes de informação e outros recursos indispensáveis a sua realização.

2.3.1 Requisitos para a integralização do currículo

Considera-se integralização curricular a obtenção de carga horária total dos componentes curriculares/atividades fixados no currículo do curso e prevista no Projeto Pedagógico do Curso e a participação ou dispensa do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), conforme Lei nº 10.861/2004.

Observação: Somente receberá o diploma o aluno que integralizar o currículo do seu curso.

Em relação à avaliação, de modo geral, a UNIPAMPA adota para todos os cursos uma forma de avaliação do desempenho acadêmico explícita no Capítulo III da Resolução 29, de 28 de abril de 2011.

Art. 58 O desempenho acadêmico é resultante do processo de avaliação do discente nas atividades de ensino na Instituição, em consonância com as normas regimentais e com a legislação pertinente. Art. 59 A avaliação da aprendizagem do discente nos componentes curriculares é processual, contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. §1º O registro da aprendizagem do aluno deve constar em pelo menos um documento físico (prova escrita, relatório ou outro instrumento de avaliação). §2º O resultado das atividades de avaliação deve ser divulgado aos discentes em até 10 (dez) dias úteis após a sua realização. §3º É assegurado ao discente vistas aos documentos referentes às suas atividades de avaliação, após a divulgação do resultado dessas. §4º O resultado final da avaliação de aprendizagem é expresso como aprovado ou reprovado de acordo com os critérios de frequência registrada e nota atribuída ao discente. §5º A nota atribuída ao discente segue uma escala numérica crescente de 0 (zero) a 10 (dez). §6º Aprovado é o discente que atender à frequência de 75% (setenta e cinco por cento) na carga horária do componente curricular, salvo nos programas de educação à distância, e obter nota final igual ou maior do que 6 (seis)..

2.3.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O “Trabalho de Conclusão de Curso, além de instituírem exercício de prática de pesquisa com complexidade superior àquelas desenvolvidas no decorrer do curso, atividade efetiva, pois, de articulação entre ensino e pesquisa, é o momento de aplicação e aprofundamento do conjunto de conhecimentos construídos ao longo da graduação. Ainda que, para a realização deste trabalho, o acadêmico tenha de delimitar seu objeto de estudo e definir uma área específica, o TCC deve expressar o resultado da contribuição de cada componente curricular em sua formação como sujeito autônomo, comprometido com as questões referentes ao Curso, capaz de estabelecer relações entre conhecimentos, preocupado com o arcabouço teórico e com a correlação entre teoria e prática e, sobretudo, atento às questões referentes ao estudo da Geografia.

Enquanto exercício de pesquisa, o TCC permite qualificação complementar e incentivo para que os alunos prossigam sua formação após a conclusão do curso de graduação, seja na perspectiva de investimento na atividade acadêmica, seja enquanto formação continuada com vistas à prática profissional no mercado de trabalho fora da universidade. As orientações serão distribuídas de maneira proporcional pelos professores docentes do curso de Geografia, bem como das áreas respectivas que façam parte do conselho de Curso. Poderá haver, em casos de trabalhos que abranjam o envolvimento de mais de uma área, a figura do coorientador (da UNIPAMPA ou de outras IES).

O trabalho inicia quando o aluno, sob a orientação de um professor orientador define seu objeto de pesquisa e elabora o projeto. Ele terá orientações gerais sobre a elaboração do projeto de pesquisa e concomitantemente definirá com seu orientador a delimitação do tema, a metodologia e o referencial teórico inicial. Em seguida, o aluno, sob a orientação do professor-orientador (e coorientador, quando for o caso), executará o projeto elaborado em TCC I. O trabalho deverá ser apresentado em forma de monografia.

Durante o período de orientação, o professor-orientador acompanhará a redação de todas as partes do trabalho, cabendo ao aluno remeter regularmente seu texto ao professor-orientador, bem como comparecer aos encontros agendados. Aqueles alunos que não submeterem seu trabalho ao acompanhamento do professor não poderão encaminhar o trabalho à banca para avaliação. Uma vez concluído, o trabalho será encaminhado em versão preliminar à Coordenação do Curso em três cópias impressas (uma para cada professor membro da banca de avaliação). Após a defesa pública e feitos os ajustes necessários sugeridos pela banca, o aluno terá dez dias úteis para entregar a versão final, em duas cópias impressas, uma para arquivamento na documentação do Curso e uma para a biblioteca da UNIPAMPA, e duas cópias digitais (CD-ROM). Dessa forma, cumprir-se-ão todos os requisitos para aprovação no componente curricular

DEFESA PÚBLICA: O trabalho será avaliado pelo professor-orientador e por mais dois professores do Curso de Geografia Licenciatura, designados pela Comissão de Curso em reunião específica para a composição das bancas de avaliação dos trabalhos de conclusão de curso. A defesa oral do trabalho de conclusão será pública,

com dia, horário e local divulgados no mural do curso de Ciências Humanas. As notas serão atribuídas em sessão secreta ao final da arguição do aluno e, logo a seguir, em sessão pública, será lida a ata de defesa, na qual constarão as notas atribuídas por cada avaliador e a nota final do aluno. Cada membro da banca atribuirá nota de 0 a 7,0 (zero a sete) para o trabalho escrito e nota de 0 a 3,0 (zero a três) para a defesa oral, conforme os critérios descritos abaixo nas tabelas 1, 2 e 3; a nota final será a soma da média das notas dos três professores integrantes da banca, respeitando-se o peso do trabalho escrito e o da defesa oral, conforme o apresentado na tabela 4.

TABELA 1	
Trabalho escrito de natureza teórico-prática	
Critérios	Valor
Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados).	2,0
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho).	2,0
Relação teoria e prática (vinculação da análise à(s) teoria(s) apresentadas(s), qualidade/profundidade da análise).	2,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho).	1,0
Total	7,0

TABELA 2	
Trabalho escrito de natureza teórico-bibliográfica	
Critérios	Valor
Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados).	3,0
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho).	3,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho).	1,0
Total	7,0

TABELA 3	
Critérios para avaliação da defesa oral	Valor
Relevância e clareza da apresentação do trabalho	1,5
Desempenho na arguição.	1,5
Total	3,0

TABELA 4	
Nota Final	Peso
Trabalho escrito	7,0
Defesa oral	3,0

REPROVAÇÃO Em caso de reprovação, a comissão de curso irá definir a data de uma nova apresentação do TCC, ou a necessidade do aluno refazer o componente curricular de TCC.

2.2.3 Estágio Supervisionado

O estágio curricular supervisionado obrigatório inicia-se, de acordo com a legislação vigente, tem como objetivo possibilitar ao acadêmico de licenciatura em Geografia, sob a orientação de um docente do curso, a participação sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação formal ou informal, presencial ou à distância, entre outras modalidades. A concepção de estágio aqui adotada é aquela em que se possa compartilhar tanto no ambiente profissional do futuro do licenciando quanto no ambiente acadêmico, a construção coletiva de proposições e descobertas sobre o cenário educacional, entendido de forma situada, contextualizada e sensível às especificidades locais e regionais, de forma a qualificar ainda mais a articulação entre teoria e prática. Busca-se também o desenvolvimento, por parte do estagiário, de um problema de pesquisa, de forma a integrar registros vários, especialmente notas de campo e diários reflexivos, observações, instrumentos didáticos, análise teórica e empírica do cenário educacional imediato, baseando-se nas políticas públicas em educação implementadas em âmbito municipal, estadual e nacional e problematizando-as localmente. O compartilhamento dessas experiências se tornará público perante a comunidade escolar e acadêmica, de forma a retroalimentar-se continuamente, através de uma mostra de estágios realizada ao final do semestre, com a participação da comunidade local escolar e demais alunos dos cursos de licenciatura, a fim de ampliar o diálogo e o intercâmbio de vivências sobre a realidade educacional, sensibilizando a sociedade para o caráter investigativo e reflexivo de que as questões educativas são constituídas.

O Estágio Supervisionado Curricular é de caráter obrigatório e será realizado na rede pública municipal, estadual e federal de ensino, podendo ser realizado na rede privada, desde que houver a aceitação por parte da instituição do acadêmico proponente, assim como a proposta político-pedagógica do curso.

O estágio Supervisionado Curricular obrigatório integralizará 405 horas e iniciará no 5º semestre ao 8º semestre, sendo 200h Ensino Fundamental, Séries Finais e Ensino Médio 200 h e tem por objetivos:

- I. Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- II. Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação;
- III. Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

O estágio obrigatório será desenvolvido ainda, de modo complementar e na medida da disponibilidade regional, nas seguintes modalidades e focos:

- I. Educação de Jovens e Adultos – noturno
- II. Educação Especial – diurno/noturno
- III. Educação para a Diversidade – comunidade indígena ou quilombola.

O estágio supervisionado constitui-se em espaços para a consolidação de habilidades e competências docentes que deverão ser construídas processualmente ao longo do curso de Geografia. Também prevê a familiarização do estagiário com a elaboração de planejamentos didáticos, através da produção e discussão de planos e/ou projetos de ensino que considerem as peculiaridades socioculturais do contexto em que se realiza a prática pedagógica. Suas atividades deverão ser acompanhadas e avaliadas conjuntamente em regime de co-orientação (professor orientador de estágio na universidade e professor regente da disciplina na escola), quando essas forem realizadas no espaço escolar, e apenas pelo professor supervisor de estágio (ou em co-orientação com outros docentes ou técnicos-administrativos), quando realizadas em projetos de extensão e ensino credenciados na universidade.

Devido à natureza do estágio supervisionado e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados pela avaliação proposta, não serão previstas atividades recuperatórias semelhantes às tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. O aluno que não for aprovado poderá, através de requerimento fundamentado e dirigido à Coordenação do Curso, requerer revisão da nota obtida, conforme o estabelecido nas Normas Básicas da Graduação da

UNIPAMPA (Instrução Normativa nº 02, de 05 de março de 2009) e no item 2.3.2 do presente documento.

2.3.4 Atividades Complementares de Graduação

De acordo com a Resolução CONSUNI nº 29, de 20 de abril de 2011,

Art. 51 As Atividades Complementares de Graduação (ACG) são atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente.

Art. 52 O registro da execução das atividades dos componentes curriculares obrigatórios, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente e o resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente. Parágrafo único. Os registros acadêmicos são disponibilizados no sistema institucional de registros acadêmicos.

Art. 53 A falta de registro acadêmico, no prazo devido, fica restrita aos casos previstos em lei ou a casos excepcionais, devidamente comprovados, cabendo ao Coordenador do Curso encaminhar à Secretaria Acadêmica a justificativa e a indicação de prazo para regularização

Assim, as atividades acadêmico-científico-culturais, ou atividades complementares de graduação, do Curso de Geografia Licenciatura compreendem aquelas não previstas na grade curricular dos cursos cujo objetivo seja o de proporcionar aos alunos a participação em experiências diversificadas que contribuam para sua formação humana e profissional. O aluno deverá cumprir o mínimo de 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico científico-culturais durante o período em que estiver matriculado na instituição, como requisito indispensável para a colação de grau. Ao validar as 200 horas destas atividades, o aluno terá os créditos correspondentes lançados no seu histórico escolar. Os requerimentos de validação das atividades realizadas deverão ser encaminhados à coordenação do Curso de Geografia Licenciatura, via Secretaria Acadêmica, para análise e registro da carga-horária das atividades consideradas válidas. Deverá ser constituída uma comissão interna para essa finalidade específica. Será considerado o máximo de 120 horas num mesmo grupo de atividades (ensino, pesquisa, extensão, cultura), devendo ser contemplados, no mínimo, dois

grupos. O discente poderá realizar as atividades durante o ano letivo, as férias escolares ou o recesso acadêmico.

As atividades acadêmico-científico-culturais classificam-se em quatro (04) grupos:

Grupo 1 - Atividades de Ensino

Grupo 2 - Atividades de Pesquisa

Grupo 3 - Atividades de Extensão

Grupo 4 - Atividades Culturais

Dentro desses grupos, os exemplos mais comuns, considerados como atividades complementares para fins de formação neste Curso estão os seguintes:

- Participação em Projetos de Pesquisa e Trabalho (em geral)
- Participação em Projetos de Iniciação à Docência – PIBID
- Participação em Projetos de Iniciação Científica – PIBIC
- Participação em Projetos de Extensão
- Participação em Programa de Educação Tutorial – PET
- Monitorias
- Estágio não obrigatório
- Módulos ou seminários de livre escolha
- Participação em mini-cursos, laboratórios, oficinas e similares
- Participação em evento científico local / regional / nacional / internacional
- Apresentação de trabalho em evento científico local / regional / nacional / internacional
- Cursos de idiomas (incluindo braile, Libras, etc.)
- Cursos de Tecnologia da informação
- Participação em Colegiados Universitários
- Participação em entidades de representação estudantil
- Participação em conselhos/ diretorias de entidades da sociedade civil.

O aproveitamento da carga horária e os requisitos de comprovação seguirão os seguintes critérios:

ATIVIDADES DE ENSINO:

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Disciplinas do ensino superior	Áreas afins aos Cursos	Carga horária da disciplina	Comprovante de aprovação na disciplina
	Outras Áreas	50% da carga horária da disciplina	Comprovante de aprovação na disciplina.
Cursos de língua estrangeira	Qualquer idioma	Carga horária do curso (máximo de 120h)	Comprovante de aprovação
Cursos de informática	Cursos de Informática	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante de aprovação
Monitorias	Monitorias	Máximo de 120h	Declaração do orientador
Projetos de ensino	Participação na equipe de trabalho	Carga horária definida no projeto (máximo de 80h)	Declaração do professor responsável pelo projeto
	Participação como público-alvo	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificado
Cursos de aperfeiçoamento	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante / Certificado
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação à Docência	PIBID ou Equivalentes	Máximo de 120h	Comprovante / Certificado

ATIVIDADES DE PESQUISA:

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em pesquisa	Projeto de pesquisa institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do orientador
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico	Publicação Nacional	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.

especializado, com comissão editorial			
	Publicação Internacional	80h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Trabalho completo publicado em evento	Evento Nacional	40h	Anais de publicação do trabalho
	Evento Internacional	50h	Anais de publicação do trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Nacional	20h	Anais de publicação do trabalho
	Evento Internacional	30h	Anais de publicação do trabalho
Resumo publicado em evento	Evento Nacional	10h	Anais de publicação do trabalho

É de responsabilidade dos discentes:

- a) realizar as atividades acadêmico-científico-culturais visando à complementação de sua formação como Licenciado em Ciências Humanas;
- b) requerer por escrito (de acordo com modelo específico) a averbação da carga horária em seu histórico escolar;

- c) anexar ao seu requerimento os comprovantes cabíveis, podendo a comissão responsável recusar a atividade se considerá-la em desacordo com as atividades previstas neste Regulamento;
- d) Os documentos que o discente tiver interesse em manter consigo deverão ser apresentados em duas vias – original e cópia, sendo o original devolvido imediatamente após conferência da cópia.

2.3.4.1 Flexibilização Curricular:

A flexibilização curricular deste projeto pedagógico materializa-se a partir, principalmente, dos seguintes aspectos: (a) parte da formação do aluno é definida por ele mesmo, por meio da escolha de disciplinas obrigatório-eletivas; e (b) sua formação se completa com o cumprimento das atividades complementares. Em relação ao percurso de formação, o aluno tem a possibilidade de cursar disciplinas obrigatório-eletivas à sua escolha, dentro da carga horária mínima da habilitação escolhida. Isso significa que o curso acredita em uma formação básica mínima (disciplinas obrigatórias) e, também, na capacidade de o aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse. Em relação às atividades complementares, aqui definidas como atividades acadêmico-científico-culturais, estas complementam a formação do aluno, a partir do incentivo à participação em atividades culturais e de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o presente projeto prevê a valorização dos saberes adquiridos fora do contexto universitário. Nesse sentido, alunos que já atuam em atividades docentes podem solicitar aproveitamento de parte da carga horária relativa às disciplinas de estágio curricular. Os estudantes também podem realizar estágios extracurriculares a partir do segundo semestre do curso, conforme as normas do Programa de Estágios Extracurriculares da UNIPAMPA. O mesmo ocorre com qualquer componente curricular, seguindo disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, artigo 47, §2º, que 108 aduz que será facultado ao aluno com extraordinário aproveitamento nos estudos a possibilidade de avanço mediante realização de avaliação planejada, executada e avaliada por banca constituída para este fim.

2.3.4.1.1 Componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs)

Os componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs) configuram-se como componentes curriculares ofertados pelo Curso de Geografia Licenciatura, por outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior. Para a matrícula em cursos da UNIPAMPA, campus – São Borja, o discente deverá realizar a solicitação dos componentes curriculares durante o período de ajuste presencial, junto à coordenação do Curso – Geografia Licenciatura e do curso do componente curricular pretendido. Após a autorização de ambas as coordenações, a solicitação de matrícula será encaminhada para a secretaria acadêmica do campus para processamento. Nas demais Instituições de Ensino Superior (IES), a solicitação deverá ser realizada diretamente na secretaria do curso pretendido. Depois de cursado CCCG em outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior, o discente deverá solicitar junto à secretaria acadêmica o seu aproveitamento no curso – Geografia Licenciatura. Atualmente, neste curso são ofertados os Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) descritos a seguir:

COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES	Créditos	Horas
Direitos Humanos e Cidadania	2	30
História do Rio Grande do Sul	4	60
História e Cultura da Fronteira	4	60
Geografia Turismo e Inovação do Espaço Rural	2	30
Geografia Turismo e Desenvolvimento Regional	4	60
Geografia e Turismo	4	60
Formação Histórica Política e Econômica do Brasil	4	60
História do Espaço Platino	4	60
Paradiplomacia e Turismo de Fronteira	2	60
Gêneros Textuais Acadêmicos	4	60
Mídias e Educação	2	30
Educação para a Paz	2	30

2.3.5 Matriz curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GEOGRAFIA MODALIDADE LICENCIATURA

MÓDULO 1		
COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
Iniciação à Ciência Geográfica	4	60
Climatologia	4	60
Geologia	2	30
Cartografia e Educação	4	60
Português Básico	4	60
Informática Básica	4	60
Componente Curricular Complementar de Graduação	4	60
SUBTOTAL	28	420
MÓDULO 2		
COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
Geomorfologia I	4	60
Geografia Humana	4	60
Geografia Rural	4	60
Geografia da População	4	60
Libras	4	60
Teorias do Currículo e Gestão Escolar	2	30
Prática Pedagógica em Geografia 1	4	60
Componente Curricular Complementar de Graduação	4	60
SUBTOTAL	30	450
MÓDULO 3		
COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
Regionalização Brasileira	2	30
Geografia do Rio Grande do Sul	4	60
Geomorfologia II	3	45
Psicologia da Educação	4	60
Psicologia da Aprendizagem	4	60
Sociologia	4	60
Prática Pedagógica em Geografia 2	4	60
Componente Curricular Complementar de Graduação	2	
SUBTOTAL	27	405
MÓDULO 4		
COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
Geografia das Cidades	4	60
Estudo da Região das Missões	2	30
Estudos de Fronteira	4	60
Organização da Educação Brasileira	4	60
Didática	4	60
Prática Pedagógica em Geografia 3	4	60
Componente Curricular Complementar de Graduação	4	
	26	390
MÓDULO 5		
COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
Geografia Econômica	4	60
Biogeografia	4	60
Cultura e Espaço	2	30
Prática Pedagógica em Geografia 4	4	60
Estágio Supervisionado – Rotinas Escolares	8	120
Componente Curricular Complementar de Graduação	2	30
SUBTOTAL	24	360
MÓDULO 6		

COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
Análises Políticas do Espaço Geográfico	4	60
Hidrografia	2	30
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia	4	60
Prática Pedagógica em Geografia 5	4	60
Educação Inclusiva	4	60
Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Fundamental	8	120
Componente Curricular Complementar de Graduação	4	60
SUBTOTAL	30	450
MÓDULO 7		
COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
Geografia Física do Brasil	2	30
Geografia Humana do Brasil	2	30
Regionalização do Espaço Mundial	4	60
Geografia Africana e Afro-brasileira	4	60
Prática Pedagógica em Geografia 6	4	60
Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Médio	8	120
Componente Curricular Complementar de Graduação	04	60
SUBTOTAL	26	390
MÓDULO 8		
COMPONENTE CURRICULAR	CRÉDITOS	HORAS
Políticas Públicas e Meio Ambiente	4	60
Regionalização da América Latina	4	60
Geotecnologias no Ensino de Geografia	4	60
Prática Pedagógica 7	4	60
Estágio Supervisionado em Geografia o Ensino de Jovens e Adultos	3	45
Trabalho de Conclusão de Curso	4	60
SUBTOTAL	23	345
TOTAIS	214	3.210

Integralização Curricular

Carga Horária a ser vencida:	
Componentes Curriculares Obrigatórios + Prática como Componente Curricular (que estão incluídas nos créditos obrigatórios)	2.415h
Componentes Curriculares Complementares	330h
Atividades Complementares de Graduação	200h
Estágio Curricular Obrigatório	405h
Trabalho de Conclusão de Curso	60h
Carga horária total mínima a ser vencida	3.410h

Prazo para Integralização Curricular em Semestres:	
Mínimo	8
Médio (estabelecido pela Sequência Aconselhada do Curso)	8
Máximo (estabelecido pela Sequência Aconselhada + 50%)	12

2.3.4 Ementário

1º MÓDULO

Componente Curricular: CLIMATOLOGIA
Carga Horária: 60 horas
Ementa: Conceitos de climatologia e meteorologia. A atmosfera. Elementos formadores do clima e fatores climáticos. Dinâmica geral da atmosfera. Massas de ar e massas de ar atuantes no Brasil. Classificações climáticas. A climatologia geográfica. Objetivos: Avaliar a importância do estudo do clima e a interferência antrópica na produção de mudanças, a fim de utilizá-lo de maneira mais eficaz como elemento interferente para uma melhor organização/reorganização do espaço, tendo em vista um ambiente de maior qualidade social.
Referências Bibliográficas Básicas: A YOADE, J. O. Introdução a climatologia para os trópicos . São Paulo. Difel. 1986. BLAIR, T. e FITE, R. C. Meteorologia . Rio de Janeiro. Ao livro técnico. 1964. DONN, W. L. The earth: our physical environment . New York. 1972.
Referências Bibliográficas Complementares: MOTA, F. S. Meteorologia agrícola . São Paulo. Nobel. 1989. NIMER, E. Climatologia do Brasil . Rio de Janeiro. IBGE. 1979. OMETTO, J. C. Bioclimatologia Vegetal . São Paulo. Agronômica Ceres. 1981. SALGADO, M. L. História ecológica da Terra . São Paulo. Edgard. Blücher. 1994. SILVA 1. de F. da. El niño: o fenômeno climático do século . Brasília. Thesaurus. 2000. STRAHLER, A N. e STRAHLER, A. H. Geografia física . Barcelona. Omega. 1989. TUBELIS A e NASCIMENTO, F. J. L. Meteorologia descritiva . São Paulo. Nobel. 1983. TUCCI, A. C. Hidrologia: ciência e aplicação . Porto Alegre. EDUSP. 1993. AREJÃO-SILVA, M. A Meteorologia e climatologia . Brasília. INMET. 2000. VIANELLO, R.L. e ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações . Viçosa. Imprensa Universitária. 1991. WALTER, H. Vegetação e zonas climáticas . São Paulo. EPU. 1986.
Componente Curricular: GEOLOGIA
Carga Horária: 30 horas

Ementa: Tempo geológico minerais: classificação e propriedades. Rochas ígneas, sedimentares e metamórficas: processos e produtos; Dobras, falhas e fraturas; Tectônica de placas; Terremotos; Intemperismo; Ação dos rios, ventos, mares e geleiras. Recursos minerais e hídricos; Geologia e meio-ambiente; Construção e interpretação de mapas e perfis geológicos; Geologia do Brasil e do Distrito Federal.

Objetivos:

Proporcionar conhecimentos fundamentais das ciências geológicas dentro de um processo evolutivo da energia-matéria, mostrando os fenômenos como consequência da unidade e das interações permanentes na procura do equilíbrio dinâmico. Baseados, quanto possível, na realidade circundante, e determinando a importância dos mesmos, no aperfeiçoamento da vida.

Referências Bibliográficas Básicas

BITAR, O. Y. **Meio ambiente e geologia**. São Paulo: SENAC, 2004. 164p.
POPP, J. H. **Geologia geral**. LTC, 2004. 300p.
REBECA, K. **Rochas & minerais – guia prático**. Nobel, 1998. 64p.

Referências Bibliográficas Complementares:

TEXEIRA, W., TAIOLI, F., FAIRCHILD, T. **Decifrando a terra**. São Paulo: Oficina de textos, 2000. 558p.
VIKTOR, L., AMARAL, S. E. **Geologia geral**. Nacional, 2003. 400p.

Componente Curricular: CARTOGRAFIA E EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Conceitos Cartográficos, Metodologias e Técnicas para uso e construção de mapas; Leitura e Interpretação de Documentos Cartográficos Temáticos e Cartas Geográficas Sistemáticas; Introdução à Cartografia Automatizada (Digital); Identificação de Diferentes Padrões de Ocupação do Território; Revisão de conceitos geográficos e de técnicas, analógicas e digitais; Extração e mapeamento de informações espaciais direcionadas para a elaboração e construção de documentos cartográficos educacionais.

Objetivos:

Reconhecer a importância da Cartografia para a prática cotidiana. Avaliar e concluir sobre o significado da espacialidade produzida e vivenciada pela sociedade, à luz dos diferentes momentos históricos e como condição para o alcance pleno da cidadania, na proposição de uma nova espacialidade, construída coletivamente.

Referências Bibliográficas Básicas

ANDERSON, P. **Fundamentos para fotointerpretação**. SBC, Rio de Janeiro: 1982, 136p.
ANJOS, R.S.A. **Geografia do Distrito Federal: Cartografia para o Planejamento do Território e Educação espacial**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria /CrGA – UnE, 2005.
ANJOS, R.S.A, ALBUQUERQUE, R.N. & SOARES, AF. **Mapeamento do Uso da Terra no Distrito Federal - 1964, Espaço e Geografia**. Geoprocessamento. Volume 5, número (1) 2002. Brasília: GEA – UnE, 2002. p.p. 233-247

Referências Bibliográficas Complementares:

ANJOS, R.S.A . **Estruturas Básicas da Dinâmica Territorial no Distrito Federal**. In: Brasília Controvérsias Ambientais. Orgs. Aído Paviani & Luiz Alberto Gouvêa. Brasília: Editora UnB – Coleção, 2003.
CARVER, AJ. **Fotografia aérea para o planejamento de uso da terra**. Brasília: Ministério da Agricultura/SNAP/SRN/CCSA, 1985. 77p.
IBGE. **Manual técnico de uso da terra - Manuais Técnicos de Geociências**, Número 7, Rio de Janeiro, 1999, 58p.

Componente Curricular: PORTUGUÊS BÁSICO

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Análise das condições de produção de texto referencial. Planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de dissertações, resumos e resenhas. Leitura, interpretação e reelaboração de textos. Revisão gramatical.

Objetivos:

Oferecer subsídios de Língua Portuguesa aos estudantes a fim de que possam pensar, falar e escrever com mais clareza, concisão, coerência e ênfase. Auxiliar os estudantes no sentido de saberem usar a língua para estruturar melhor seus pensamentos, na fala e na escrita, enfim na comunicação.

Referências Bibliográficas Básicas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3.

ed. Rio de Janeiro, 1999. Atualizado em <http://www.academia.org.br/vocabulario>
BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).
CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares:

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.
_____. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.
GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.
_____. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Dez – 2001.
KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Componente Curricular: INFORMÁTICA BÁSICA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Componentes e funcionamento do computador. Ambiente virtual de aprendizagem Moodle. Softwares aplicativos. Navegação na internet.

Objetivos:

Instrumentalizar os alunos no uso das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação para mediar suas atividades cotidianas, contribuindo à sua formação.
Provocar a produção de materiais educacionais digitais, observando o critério de acessibilidade (design universal).

Referências Bibliográficas Básicas

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: Conceitos Básicos**. 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2004, 424p.
ADELL, Jordi. Redes y Educación. Em: Pans, Juan de Piblos y Segura, Gimenez (Coords). **Nuevas Tecnologias: comunicación audiovisual y educación**. Barcelona: Cedecs, 1998.
CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A.; **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares:

CATAPULT, Inc. **Microsoft Word 2000 passo a passo**. São Paulo: Makron Books, 2000.
COLLIS, B. **Applications of Computer Communications in Education: an Overview**. IEEE Communications Magazine. March 1999. p. 82-86.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Cortez, 1997.
- GATES, Bill. **A estrada do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GRAU, Jorge E. **Tecnologia y Educacion**. 2. ed. Buenos Aires: Fundec, 1996.
- JONASSEN, D et alli. **Learning with Technology**: A Constructivist Perspective. New Jersey: Prentice Hall, 1999.
- JONASSEN, D. **O Uso das novas tecnologias na educação a distância e a aprendizagem construtivista**. Em Aberto: Brasília, ano 16 n. 70, abr/jun 1996 (p.70-88).
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1993.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Trinta e Quatro, 1999.
- LITTO, Frederic M. **Repensando a Educação em Função de Mudanças Sociais e Tecnológicas e o Advento de Novas Formas de Comunicação**. III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação. Barranquilla, Colômbia, 1996. Disponível na Internet em http://www.niee.ufrgs/ribie98/cong_1996/congresso_html/conf_1/conf1.html
- MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B., **Nosso Futuro e o Computador**. 3 ed. Bookman, 2000.
- MICROSOFT INC., **Manual do Microsoft Office 2000**, 2000; O'BRIEN, J. A., **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- OLIVEIRA, Ramon de. **Informática educativa**: dos planos e discursos à sala de aula. Campinas: Papyrus, 1997.
- RUBIN, Charles. **Microsoft Word 2000**: guia autorizado. São Paulo: Makron Books, 2001.
- SANCHO, Juana M. **A Caixa de Surpresas**: possibilidades educativas da informática. **Tecnologias Educacionais: Para além da sala de aula**. Pátio: Revista Pedagógica. Ano 3 nº 9 Maio/Julho 1999. p. 11-15.
- SILVA, Casturina J. **A informática como um novo desafio ao professor**. III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação, 1996.
- TIBÚRCIO, Carlos. **Guia de informática e Internet para a educação brasileira**: o que um profissional da educação precisa saber sobre computadores e comunicação eletrônica. São Paulo: T&M, 1997.
- VIZCARRO, C. e LEÓN, José A (Org.). **Nuevas Tecnologias para el aprendizaje**. Madrid: Ediciones Pirámides S.A., 1998.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- WHITE, Ron. **Como funciona o Computador III**. 8. Ed. São Paulo: Quark, 1998.

Componente Curricular: INICIAÇÃO A CIÊNCIA GEOGRAFIA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A ciência geográfica na Antiguidade (o conhecimento geográfico). A Geografia como Ciência no Século XIX e as correntes do pensamento geográfico na atualidade.

Objetivos:

Compreender a evolução do conhecimento e do pensamento geográfico dentro dos contextos históricos e a relação dessa ciência com o modo de produção capitalista.

Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, Manuel Corrêa de. **Geografia, Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

MORAES, Antonio Carlos R. **Geografia: pequena história crítica**. 21. Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6. Ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares:

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. Ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

2º MÓDULO

Componente Curricular: TEORIA DO CURRÍCULO E GESTÃO ESCOLAR

Carga Horária: 30 horas

Ementa:

Análise da organização e funcionamento escolar, coordenação pedagógica e gestão. Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais. Estudo e análise crítica da gestão escolar.

Objetivos:

Conhecer a organização e os processos de funcionamento escolar

Referências Bibliográficas Básicas

ALVES, Nilda. Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola. São Paulo: Cortez, 2006.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. São Paulo: Loyola, 2001.

FAZENDA, Ivani. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares:

FERREIRA, Naura S. Carapeto. Gestão Democrática: atuais tendências, novos desafios. São Paulo, Cortez, 2003.

FORTUNA, Maria Lúcia A. Gestão Escolar e subjetividade. São Paulo. Intertexto, 2000.

HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola. 17. ed. - Campinas- SP: Papirus, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão Escolar: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens. 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Clóvis Roberto. O gestor educacional de uma escola em mudança. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

SENGER, Peter M. A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende. 19. ed. Rio de Janeiro-RJ: Best Seller, 2006.

VASCONCELOS. C. dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2008.

Componente Curricular: GEOMORFOLÓGIA I

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Conceitos e noções básicas de geomorfologia; Geomorfologia Estrutural; Geomorfologia Climática; Bacias Hidrográficas; Ciclo Hidrológico e Processos Erosivos; Desertificação.

Objetivos:

Compreender o dinamismo das formas de relevo através de suas leis gerais, a fim de que seja instrumento para um planejamento ambiental propositivo de uma organização/reorganização do espaço baseado nos princípios da sustentabilidade.

Referências Bibliográficas Básicas

BIGARELLA, J. J.; BECKER R. D. e PASOS, E. **Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais**. Vol. 01 e 02.

BLOOM, A. S. P. **Superfície da Terra**. Ed. Blucher, 1970.

BUNTING, B. T. R. J. **Geografia do Solo**. Ed. Zahar, 1971.

Referências Bibliográficas Complementares:

CASSETI, W. **Elementos de Geomorfologia**. Goiânia: Editora da UFG, 1994. 137p.

CHORLEY, Richard I. **Modelos físicos e de informação em geografia**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. 270p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 2ª Edição, 1980. 188p.

CHRISTOFOLETTI, A. S. P. **Geomorfologia Fluvial**. Ed. Blucher, 1981.

GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 1996.

GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1994. 458p.

GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 2001. 416p.

GUERRA, A. T. & GUERRA, A. I. T **Novo Dicionário Geológico - Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 1997. 652p.

JA TOBÁ, L. e LINS, R. C. **Introdução a Geomorfologia**. Recife: Bagaço, 2ª Edição, 1998. 150p.

NOVIAS PINTO, M. **Cerrado: Caracterização, Ocupação e Perspectivas**, 2ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. 681 p.

PENTEADO, M. M. **Fundamentos de Geomorfologia**. Rio Claro: IBGE, 1976. 185p.

PRADO, HÉLIO DO. **Solos Tropicais: Potencialidades, limitações, manejo e capacidade de Uso**.

SETTI, A. A.; LIMA, J. E. F. W.; CHAVES, A. G. M. e PEREIRA, L. C. **Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos**, 3ª ed. Brasília: ANEE; ANA, 2001. 328p.

SILVA, Luiz Ferreira da. **Solos Tropicais: aspectos pedológicos, ecológicos e de manejo**.

TUCCI, C. E. M. **Regionalização de Vazões**, Porto Alegre: Ed. Universidade/ufrgs, 2002. 256p.

Componente Curricular GEOGRAFIA HUMANA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A produção do espaço geográfico como reflexo das relações capitalistas local/global; Estudo de temas da geografia contemporânea; O período técnico-científico-informacional; A globalização como fator espacial e a contraditória na interação local – global; O debate entre modernidade e pós-modernidade.

Objetivos:

Analisar a estrutura e dinâmica populacional à luz do processo de globalização e de desenvolvimento - subdesenvolvimento e sua influência na organização do espaço.

Analisar a dinâmica dos processos de produção e comercialização e seus impactos sobre as diferentes formas de organização espacial, à luz da divisão internacional do trabalho.

Referências Bibliográficas Básicas

MORAES, A.C.R. & COSTA, W.M. **A Valorização do Espaço**. São Paulo: HCCITEC, 1984.

MOREIRA, R.S. **O que é a Geografia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

QUAINI, M.R. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Referências Bibliográficas Complementares:

MOSCOVICI, S. **Sociedade contra a natureza**. Petrópolis: Vozes, 1979

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978;

SANTOS, M. **A Geografia e a Nova Dimensão do Planeta**. In Revista Brasileira de Tecnologia, VoL. XV, Nº 5 .

GEBRAN, P. (Coord.) **Conceitos de Modo de Produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978;

HARNECKER, M. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1983.

SANTOS, T. **Forças Produtivas e Relações de Produção**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOJA, G.M. **Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Componente Curricular: GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

Carga Horária: 60 horas

Ementa: O corpo e a etnodemografia. População e meio ambiente. Longevidade e cadeia etária atual. Família. Movimentos migratórios. As novas pesquisas demográficas e o movimento social. A prática de pesquisa.

Objetivos:

Caracterizar as diversas formas de ocupação do espaço terrestre pelo homem e a utilização dos recursos disponíveis e a sua distribuição geográfica. Analisar a evolução dos sistemas socioeconômicos e as formas de organização do espaço geográfico elaborado a partir da relação sociedade natureza.

Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, Manuel Correia. **Uma geografia para o século XXI**. Recife: CEPE, 1993.

DAMIANI, Amélia L. **População e Geografia**. Contexto, 1997.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. Difel (Bertrand Brasil), 1982.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org) **Geografia do Brasil**, Edusp, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares:

VARRIÈRE, Jacques. **As políticas de população**, Difel.(Bertrand Brasil), 1980.
IBGE, **Tendências demográficas**: uma análise a partir dos resultados do censo demográfico de 1991.
SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maria S. Ferreira e SZMRECSANKI, Tamás (orgs) **Dinâmica da População**: Teoria, Métodos e Técnicas de Análise, T. A. Queiros, 1980.
JACQUARD, A. **A explosão demográfica**. São Paulo: Atica, 2001.
MARTINE, g. (org.). **População e meio ambiente e desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP,1994.

Componente Curricular: **Libras**

Carga Horária: 60 horas

Ementa:

Conhecimentos iniciais sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e elementos teóricos correspondentes ao cotidiano do surdo como: cultura surda, identidades surdas, educação de surdos, entre outros contextos.

Objetivos:

Instrumentalizar os discentes para a comunicação com surdos.

Referências Bibliográficas Básicas

CAPPOVILLA, FERNANDO CÉSAR. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001
SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
QUADROS, Ronice & KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares:

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Componente Curricular: **PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 1**

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Instrumentalização dos discentes para a sua inserção no contexto escolar.

Objetivos:

- Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica;
- Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares;
- Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de Geografia.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela D. de e PASSINI, Elza. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São

Paulo: Contexto, 1989.

ARROYO, M.G. **O ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, ROSALINA, **A construção da escola elementar**. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.

Referências Bibliográficas Complementares:

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1.986.

BIDDLE, Donald S. **Abordagem Conceitual do Ensino da Geografia na escola Secundária**. Rio Claro, AGETEO.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos** - Campinas, SP: Papirus,1998. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

COMPIANI, M **Os papéis didáticos das excursões geológicas**. Campinas/SP

LAFOUCADE, P.D. **Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado** . São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

Componente Curricular: GEOGRAFIA RURAL

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A trajetória da agricultura no Brasil-colônia; A transição do Brasil agroexportador para urbano-industrial na década de 1930; A modernização da agricultura iniciada com a revolução verde em 1965; As mudanças no espaço rural brasileiro contemporâneo globalizado; e, Movimentos sociais, estrutura fundiária e a luta pela terra.

Objetivos:

Compreender a organização do espaço rural brasileiro e sua consequência.

Referências Bibliográficas Básicas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Rio de Janeiro, Campinas, HUCITEC, 1992. 275 p.

AGB. **Geografia, Movimentos Sociais e Teoria**, Terra livre. São Paulo: ano 18, nº 19, jul/dez. 2000.

ANDRADE, Manuel C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 4a ed., 1980. 278 p.

Referências Bibliográficas Complementares:

_____. **Abolição e Reforma Agrária**. SP, Princípios, Ática, 1987. 86 p.

CEAMINEAGRI. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial Contribuições para o debate**, UnB, ano V, no. 17, 2005.

CNBB - CPT, **Conflitos no Campo** - Brasil- 96. São Paulo: CPT, 1996.51 p.

COSTA, Luiz F. e SANTOS, Raimundo (org.) **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 242 p.

DINIZ, José A F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. 278 p.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia** - Crítica da Moderna Agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154p.

GARCIA, Ronaldo e MARTINE, George. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987, 271 p.

GUIMARÃES, Alberto P. **A Crise Agrária**. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1979. 362 p.

- _____. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1979. 362 p.
- GUIMARÃES, L. S. P. e INNOCÊNCIO, R. R. **A evolução da agricultura na Região Sudeste na década de 70**. Revista Brasileira de Geografia, 49(1), jan/mar 1987, p. 107–158.
- KOSTAS, Vergopolos e AMIN, Samir. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179 p.
- Kautsky, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329 p.
- MARIGHUELA, Carlos e alii. **A Questão Agrária - Textos dos anos Sessenta**. São Paulo: Brasil Debates, 1980. 127 p.
- MARTINS, J. de Souza. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1980. 181 p. MARTINS, J. de Souza. **A militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985. 134 p.
- MOREIRA, Ruy. **A Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. Tudo é História, São Paulo: 132 p.
- MOURA, Maria M. **Camponeses**. São Paulo: Série Princípios, Ática, 1986. 78 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **Geografia das Lutas de Campo**. São Paulo: Contexto, 1999. 101 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Série Princípios, Ática, 1987.88 p.
- SALDANHA, M. e alii. **A evolução da agricultura na Região Nordeste na década de 70**. Revista Brasileira de Geografia, 49(1), j animar 1987, p. 47-106.
- SANTOS, Vicente T. **Colonos do Vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.
- SILVA, José. F. G. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.267 p.
- SILVA, José. F. G. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 192 p.
- SILVA, José. F. G. **O que é a Questão Agrária?** São Paulo: Primeiros Passos, no.18, Brasiliense,1985.114p.
- STEDILE, João P. (coord.). **Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre, UFRS/ANCA, 1994, 321p.
- VEIGA, José E. **O que é Reforma Agrária?**. São Paulo: Primeiros Passos, no. 33, Brasiliense, 1985, 87p.
- _____. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- X ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Teresópolis-RJ, UFRJ, Dez/1990. Vol. I e II.
- XI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Maringá-PR, Dez./1992, Universidade Estadual do Paraná.
- X II ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Águas de São Pedro-SP, Dez./94, UNESP-Rio Claro (Mesas Redondas e Comunicações).

3º MÓDULO

Componente Curricular: **GEOGRAFIA do RIO GRANDE DO SUL**

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Caracterização geral do estado. O espaço físico e os recursos naturais. O processo de ocupação do espaço e suas implicações econômicas. As relações entre sociedade e natureza, considerando o local, o regional, o estado, o Brasil e o mundo; a cultura e o espaço: relações éticas,

de poder, políticas, sociais e econômicas.

Objetivos:

Aprofundar conhecimentos geográficos sobre o Rio Grande do Sul. Contribuir para que o aluno se reconheça como sujeito atuante e modificador do espaço rio-grandense.

Referências Bibliográficas Básicas

MOREIRA, Igor A. G. COSTA, Rogério H. da. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. 3 ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993.

GUASSELLI, Laurindo Antonio, OLIVEIRA, Guilherme Garcia de, ALVES, Rita de Cassia Marques. **Eventos extremos no Rio Grande do Sul: inundações e movimentos de massa**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

Referências Bibliográficas Complementares:

RAMBO, Balduino Pe. **A fisionomia do Rio Grande do Sul : ensaio de monografia natural**. São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 2000.

Componente Curricular: REGIONALIZAÇÃO BRASILEIRA

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Espaço e região; Discussão sobre o conceito de região; Teorias clássicas de regionalização e desenvolvimento regional; Novas Regionalizações e teorias regionais – a questão brasileira; Regionalizações brasileiras.

Objetivos:

Conhecer os processos da regionalização brasileira.

Referências Bibliográficas Básicas

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, Milton - **A Natureza do Espaço - Técnica e tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares:

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia - A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina e Marco CROCCO (Orgs.). **Economia Regional e Urbana - Contribuições Teóricas Recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Competitividade e Participação** – Cadeias Produtivas e a Definição dos Espaços Geoeconômico, Global e Local. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: HUCITEC, ANNABLUME, 2002.

POCHMANN, Márcio. **Reestruturação Produtiva - Perspectivas de Desenvolvimento Local com Inclusão Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Componente Curricular: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Dinâmica de classe e relacionamento professor-aluno. As bases do comportamento humano: aprendizagem-conceito, formas e avaliação. Estudo especial da infância e da adolescência. Implicações pedagógicas.

Objetivos:

Discutir a evolução da Psicologia como conhecimento científico. Compreender a gênese do campo da Psicologia da Educação no contexto da ciência psicológica. Analisar as particularidades do desenvolvimento humano e os ciclos de vida. Analisar as relações entre desenvolvimento e aprendizagem e educação. Compreender os fundamentos epistemológicos das teorias psicológicas da educação e da aprendizagem. Sistematizar reflexões das teorias da aprendizagem com a formação e prática docente. Discutir temas contemporâneos da psicologia da educação e suas interfaces com a educação escolar e a formação crítico-reflexiva dos alunos.

Referências Bibliográficas Básicas

AZENHA, M.G. **Construtivismo de Piaget a Emília Ferrero**. São Paulo: Ática, 2001.

FARIA, A.R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget**. São Paulo: Ática, 2001.

GOULART, I. **Psicologia da Educação: fundamentos teóricos** - aplicação à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1993.

Referências Bibliográficas Complementares:

VIGOSTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas**. A| Teoria Na Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Componente Curricular: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Objeto e método de estudo da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Características e determinantes do desenvolvimento durante a infância e adolescência. Fenômenos básicos da aprendizagem simples e complexa. Aprendizagem verbal e social. Relação ensino-aprendizagem.

Objetivos:

Refletir o cotidiano escolar à luz das diferentes correntes epistemológicas e das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem estudadas.

Referências Bibliográficas Básicas

ARDOINO, JACQUES. **Éducation Et Politique**. 2 Ed., Paris: Anthropos, 1999.

ARDOINO, Jacques. **Psicologia da Educação na Universidade e na Empresa**. São Paulo: Herd/Edusp, 1971. (Tradução Do Original Francês Propôs Actuels Sur l'éducation. 4 Édition, Révue Et Augmentée. Paris: Gauthier-Villars, 1969).

BRASIL, Ministério da Educação. **Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica**, em Curso de Nível Superior, Brasília, Maio, 2000. (In:

www.Mec.Gov.Br/Formaçãodeprofessores.

Referências Bibliográficas Complementares:

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Propostas de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica**, em Cursos de Nível Superior. Brasília, Abril, 2001.In: (Www.Mec.Gov.Br/Cne/Formação).
BERZEZINSKI. Iria. **A Formação do Professor para o Início de Escolarização**. Goiânia: Ed. Ucg, 1987.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 2

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Reflexão crítica sobre a prática pedagógica.

Objetivos:

Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica;
Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares;
Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de Geografia.

Referências Bibliográficas Básicas

PCN – **Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de Geografia**.
PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1993.
PONTUSCHKA, Nídia Nacib(org.) . **Ousadia no Diálogo: Interdisciplinaridade na Escola Pública**. SP. Loyola.
SIMPÓSIO TEORIA E ENSINO DA GEOGRAFIA. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 1983. V.1 e 2.

Referências Bibliográficas Complementares:

SILVA, A. Correa. **O trabalho de campo em Geografia humana e suas limitações**, Ver. Orientação, Edusp/1982.
VESENTINI, José W. **O método e a práxis**. (Notas polêmicas sobre a geografia tradicional e a geografia crítica). Terra livre. São Paulo: AGB, nº 2 jul. de 1987.
Periódicos:
VASCONCELLOS, C.S.. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertard, 1995.
Espaço em revista/ Campus de Catalão- Curso de Geografia UFG- v. 4,5 e 6, nº 1 (2001;2002 e 2004).

Componente Curricular: GEOMORFOLOGIA II

Carga Horária: 45 horas

Ementa: Fatores físicos no modelado das regiões; Intemperismo; Processos pedogenéticos e suas relações com a morfogênese; Manto de intemperismo; Domínios morfoclimáticos; Fatos geomorfológicos aplicados ao planejamento ambiental.

Objetivos:

Compreender o modelado das regiões a partir dos processo pedogenéticos.

Referências Bibliográficas Básicas

BIGARELLA, J.J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. **Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais**. Florianópolis: Ed. USSC, 1994, V. 1, 425p.

BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; PASSOS, E. **Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais**. Florianópolis: Ed. USSC, 1996, v.2,874p

BLOOM, V. **Superfície da Terra**. São Paulo: Edgard Bücher, 1988, 184p.

Referências Bibliográficas Complementares:

BRAUN, O. P. G. **Contribuição à geomorfologia do Brasil Central**. Revista Brasileira de Geografia, n. 3, p. 3-39, 1970.

CASSETTE, V. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1991, 146p.

CURI, N. et al. **Vocabulário de Ciências do Solo**. Campinas: 1993, 89p.

[07] CONTI, I. B. **O Meio Ambiente Tropical**. Geografia, v. 14, n. 18, pp. 69-79, 1989.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília: Embrapa Produção de Informação: Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 412p. 1999.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1987.

GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (org.) **Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, 472p.

_____. **Geomorfologia - Exercícios, Técnicas e Aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996. 345p.

_____. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996 m 372p.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. (org.) **Erosão e Conservação dos Solos - conceitos, temas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 339p.

LEPSCH, L. F. **Formação e Conservação dos Solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002, 178p.

NOVAES PINTO, M. (Org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. 2. Ed. Brasília: Universidade de Brasília. 1993.681 p.

PENTEADO, M. M. **Fundamentos de Geomorfologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973, 185p.

RESENDE, M et al. **Pedologia: Base para distinção de ambientes**. Viçosa: NEPUT, 1995, 236p.

ROSS, J. L. S.(org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, 546p.

SALGADO-LABOURIAU, M. L. **História Ecológica da Terra**. São Paulo: Edgard Blücher, 1996, 307 p.

J VITTE, A. C.; GUERRA, A. T. (Org.) **Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Componente Curricular: Sociologia

Carga Horária: 60 h

Ementa: Abordagem das contribuições sociológicas contemporâneas.

Objetivos:

Conhecer as correntes sociológicas contemporâneas e suas contribuições.

ADORNO, Theodor. Indústria Cultural e Sociedade. São Paulo: Paz e terra, 2002.
BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Petrópolis Vozes.
ELIAS , Norbert. Estabelecidos e Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar:2000.

Referências Bibliográficas Complementares:

Florestan Fernandes A integração do negro na sociedade de classes.
_____ A Revolução Burguesa no Brasil

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Petrópolis: Vozes, 2008.

4º MÓDULO

Componente Curricular: Estudo da Região de Missões

Carga Horária: 30 horas

Ementa: A colonização espanhola no Brasil e a construção da Região Missioneira. O patrimônio regional suporte ao turismo. O turismo como alternativa ao desenvolvimento e integração regional. Paradiplomacia e questões regionais.

Objetivos:

Analisar os processos de ocupação e formação da Região Missioneira e suas consequências.

Referências Bibliográficas Básicas

BRUXEL, Arnaldo. Os Trinta Povos Guarani. 2. Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1987.
COLVERO, Ronaldo. O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004.
MELIÁ, Bartomeu. El Guarani conquistado y Reducido. V.5 Asunción:CEADUC, 1986.

Referências Bibliográficas Complementares:

NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. Turismo no Mercosul: O Circuito Internacional das Missões Jesuítico-Guarani. São Paulo: DG-USP, 1999. Dissertação
NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. O Turismo e a Redescoberta da Região das Missões. São Paulo: DG-USP, 2007. Tese

Componente Curricular: **ESTUDO DE FRONTEIRAS**

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Fronteira e os principais conceitos a ela relacionados. O modo de vida na fronteira e suas implicações. Entender o papel das fronteiras sob a ótica geográfica, jurídica, econômica, política e cultural.

Objetivos:

Compreender as especificidades dos espaços fronteiriços.

Referências Bibliográficas Básicas

BENTO, Fábio Régio. **Fronteiras em movimento**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.
CASTELLO, Iara Regina ET AL (orgs.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1997.

Referências Bibliográficas Complementares:

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo. Paz e Terra, 2000.
GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
GOLIN, Tau. **A FRONTEIRA**. Porto Alegre L&PM; 2002; 2004. Vol I e Vol II
HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.
OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. **Territórios sem Limites: estudos de fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005.
RAFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
SILVEIRA, Ada Cristina Machado. **Representações e identidade: três estudos em comunicação**. Santa Maria: FACOS-FIPE-UFMS, 2001.
TELES, Reinaldo Miranda de Sá, PIERI, Vitor Stuart de. **Turismo e Paradiplomacia das Cidades**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2014.

Componente Curricular: DIDÁTICA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Dimensionamento dos conceitos de educação e instrução, das condições e das perspectivas de desenvolvimento do indivíduo no seu contexto socioeconômico e político-cultural. Relação professor/aluno mediada pelo currículo. Planejamento didático: seleção, ordenação, descrição e delimitação de objetivos. Seleção e organização de conteúdos, estrangeiros de ensino e processo de avaliação.

Objetivos:

Instrumentalizar os discentes para a transposição didática.

Referências Bibliográficas Básicas

ABREU, M. C., MASETTO M. T.. **O Professor Universitário em Aula**. São Paulo: Ed. Cortez 1986.
BRANDAO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**: São Paulo: Ed. Brasiliense 1985.
CANDAUI, Vera Maria (Org.). **A Didática em Questão**. Petrópolis: Ed. Vozes 1985.

Referências Bibliográficas Complementares:

FACULDADE DE EDUCACAO DA UFGS. Laboratório de Ed. Globo 1977. Ensino Superior Planejamento E Organização do Ensino.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Ed. Paz E Terra, 1990.
MARTINS, Jose Do Prado São Paulo. **Didática Geral**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.
MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Abordagens do Processo**. São Paulo: Ed. Epu 1986.

NERICI, Imideo G. **Didática Geral Dinâmica**. São Paulo: Ed. Atlas.
ROGERS, Carl.. **Liberdade de Aprender**, em nossa Década. Porto Alegre: Ed. A. Medica.
SILVA, Sonia Aparecida. **Valores em Educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
TURRA, C. M. G. ET ALLII. **Planejamento de Ensino e Avaliação**. Porto Alegre: Ed. Sagra 1986.

Componente Curricular: ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Fundamentos sociológicos, filosóficos, econômicos e políticos que contextualizam a relação educação – estado e sociedade; A organização do sistema educacional brasileiro aspectos formais; O sistema escolar; graus de modalidades de ensino; a legislação do ensino: histórico, políticas e perspectivas; Paradigma da educação e da gestão educacional.

Objetivos:

Compreender como se estrutura o sistema educacional brasileiro

Referências Bibliográficas Básicas

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB: passo a passo**. São Paulo: Avercamp, 2003.
BRASIL. Ministério da Educação. **Desenvolvimento da Educação no Brasil**. Brasília: MEC, 1998.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para Formação de Professores**. Brasília: MEC, 1999.

Referências Bibliográficas Complementares:

BREZINSKI, Iria (org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.
CARNOY, Martin e CASTRO, Claudio Moura. **Como anda a reforma educativa na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1997.
COSTA, Messias. **A educação nas constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.
COSTA, V. et al. **Descentralização da Educação: novas formas de Coordenação e Financiamento**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
CUNHA, Luiz. A. **Escola Pública, Escola Particular e a democratização de ensino**. São Paulo: Cortez, 1985.
DIDONET, Vital. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília: Ed. Plano, 2000.
DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e o Orçamento da Educação: desvendando a caixa preta**. Campinas: Autores Associados, 1999.
GENTILE, P. SILVA, Tomaz T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995.
MELLO, Guiomar Namó de Mello. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais no terceiro milênio**. São Paulo: Cortez, 1993.
MELCHIOR, José C. de A. **Mudanças no financiamento da Educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1998.
OLIVEIRA, Romualdo Portela de & ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.
SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**. Campinas, Autores Associados, 1997.
SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. São Paulo:

Ed. Autores Associados, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. Fortaleza: Demócrito Rocha/UECE, 2001.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 3

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Como continuação de Prática Pedagógica em Geografia 2, pretende-se em nível mais aprofundado, considerando os resultados obtidos, Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica;

Objetivos:

- criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares;
- Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de Geografia.

Referências Bibliográficas Básicas

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo, Loyola, 1985.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso** (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987.

Referências Bibliográficas Complementares:

PCN – **Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de Geografia**.

Componente Curricular: GEOGRAFIA DAS CIDADES

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Aspectos espaciais da urbanização; Teorias explicativas das questões urbanas; Processos sociais e seus atores) que geram a urbanização sob um enfoque analítico e crítico; Levantamento de problemáticas específicas no âmbito urbano nos contextos de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Objetivos:

Identificar o processo de ocupação do espaço urbano e sua relação com a sociedade e meio ambiente.

Referências Bibliográficas Básicas

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LÉFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Referências Bibliográficas Complementares:

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Gerauges (orgs.). **Dilemas urbanos: novas**

abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.
CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003. 303 p. p. 66-77.
SILVA, José Borzaquiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (org.). **Panoramas da geografia brasileira**. São Paulo: Anablume, 2006.
DINIZ, Clélio Campolina; CROCO, Marco (org.). **Economia regional e urbana**. Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 61- 87.
CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Cultura, espaço e o urbano**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

5º MÓDULO

Componente Curricular: GEOGRAFIA ECONÔMICA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A geografia econômica e relações econômicas na sociedade contemporânea. A produção e reprodução das relações econômicas na sociedade capitalista. A divisão do trabalho na sociedade capitalista. Teorias da distribuição do processo econômico. Os processos de produção, de transformação da natureza e de organização do espaço.

Objetivos:

Compreender os processos de produção e de transformação da natureza sua interferência na organização do espaço

Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. Atlas, 10 ed. 1989.
BECKOUCHE, P. **Indústria: um mundo só**. São Paulo: Ática, 1995.
BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. Hucitec.

Referências Bibliográficas Complementares:

CARLOS, A.F.A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1991.
CASTRO, LE.; ET AL.(ORG.) **Redescobindo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil: FAPERJ, 1999.
HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Loyola, 6a. ed.1992.
PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense, 1970.
SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. R. Janeiro: Forense, 1979.
SINGER, Paul. **O que é Economia**, Ed. Contexto,1998.
CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Amares.
CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza - Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. , Ed. Moderna, 1999.
FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Global, 1988.
IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
IANNI, Octávio. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Componente Curricular: BIOGEOGRAFIA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A biogeografia: conceitos, métodos e campo de estudo; Os seres vivos: Fatores ecológicos e sua influência na distribuição dos organismos; As grandes formações biológicas do globo: os meios aquáticos e terrestres; O manejo dos ecossistemas e as necessidades de conservação.

Objetivos:

Estudar as grandes formações biológicas do globo evidenciando os fatores condicionantes bem como as relações e interdependência de tais formações.

Analisar as relações dos seres vivos com o ambiente em que vivem, enfatizando as modificações ensejadas pelas atividades do homem, comandadas pelos sistemas econômicos.

Conhecer as características do Bioma Pampa.

Referências Bibliográficas Básicas

ACOT, P. **História de ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1990. 212p.

BRADY, N. C. **Natureza e propriedades dos solos**. 7.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1989. 878p.

CABRERA, AL. e WILLINK, A. **Biogeografia de América Latina**. Programa de Desarrollo Científico y Tecnológico. OEA 1973. 120p.

Referências Bibliográficas Complementares:

DANSEREAU, P. **Biogeography: an Ecological Perspective**. NY. Ronald Press 1957. 394p.

DREW, D. **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1986.

EMBRAPA. **Atlas do Meio Ambiente do Brasil**. 2. ed. Brasília: Embrapa - SPI: Terra Nova, 1996. 160p.

LACOSTE, A & SALANON, R. **Biogeografia**. Barcelona, OIKOSTAUE. MMA/SDS. PROGRAMA ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO. **Diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil**. Brasília, 2001. 109p.

ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia**. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Editora. 1988. 927p.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 2003.

SIMMONS, L. G. **Biogeography: natural and cultural**. London, E. A. P. L, 1979 TOWNSEND, C. R. **Fundamentos em ecologia**. Tradução Gilson Rudinei Pires Moreira. 2 ed - Porto Alegre: Artmed, 2006.

TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e Meio Ambiente**. Rio Claro: Divisa, 2006. 206p.

Componente Curricular: CULTURA E ESPAÇO

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Diferenciações entre a geografia humana (sincrônica) e a geografia (diacrônica); A especificidade-cultural do processo evolutivo humano. Conceituações de cultura e culturas; diferença entre cultura e sociedade; Sistemas tecnológicos humanos e práticas culturais relacionados e regiões particulares do espaço; A cultura e a apropriação do espaço: a inserção do tempo; A pós-modernidade e o espaço; A questão da globalização, da regionalização e do nacionalismo. Sob a ótica da religião e da etnicidade.

Objetivos:

Compreender os processos de apropriação do espaço pela cultura e suas consequências.

Referências Bibliográficas Básicas

MOREIRA, Rui. Realidade e metafísica nas estruturas geográficas contemporâneas. In CASTRO, Iná Elias; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A G. **Redescobrimo o Brasil**. 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999, p. 341-347.

CORRÊA, Roberto Lobato (1999). Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução. In ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L .. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: ED UERJ, 1999, 247p., p. 49-58.

Referências Bibliográficas Complementares:

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999, 453p. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Espaço e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997, 308 p.

DAMATTA, Roberto (1991). **Relativizando**. Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 248 p.

CUCHE, Denys (1996). **La notion de culture dans les sciences sociales**. Paris: Édition La Découverte, 121 p.

CHAUÍ, Marilena (1989). **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 179 p.

SAUER, Carl. Geografia Cultural (2000). In CORRÊA. R.L.: ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: um século (1)**. Rio de Janeiro: Ed Cerj, p. 99-110.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005, 251p. HALL, Stuart (1997). **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 111 p.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. In In ROSE);DHAL. Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDCERJ, 2004, 179 p., p157-179.

TEVES, Nilda. Imaginário social. identidade, memória. In FERREIRA, Lúcia M. A; ORRICO, Ewlyn, G.D. **Linguagem, identidade e memória social**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2002, 115p.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: ED UERJ, 1999, 247p., p. 169- 190;

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 4

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Prática de ensino da geografia no contexto atual; Avaliar em grupo práticas mais adequadas e motivadores para a futura inserção deste do professor de geografia no sistema educacional.

Objetivos:

Instrumentalizar para a prática docente.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela D. de e PASSINI, Elza. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.

ARROYO, M.G. **O ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, ROSALINA. **A construção da escola elementar**. Uma interpretação interessada em sua

transformação/ UFMG 1998.

Referências Bibliográficas Complementares:

- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1986.
- BIDDLE, Donald S. **Abordagem Conceitual do Ensino da Geografia na escola Secundária**. Rio Claro, AGETEO.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos** - Campinas, SP: Papirus,1998. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- COMPIANI, M. **Os papéis didáticos das excursões geológicas**, Campinas/SP
- LAFOUCADE, P.D. **Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado**. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural.
- LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo, Loyola, 1985.
- MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso** (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987.
- PCN – **Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de Geografia**.
- PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1993.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib(org.) . **Ousadia no Diálogo: Interdisciplinaridade na Escola Pública**. SP. Loyola.
- SIMPÓSIO TEORIA E ENSINO DA GEOGRAFIA. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 1983. V.1 e 2.
- SILVA, A. Correa. **O trabalho de campo em Geografia humana e suas limitações**, Ver. Orientação, Edusp/1982.
- VESENTINI, José W. **O método e a práxis**. (Notas polêmicas sobre a geografia tradicional e a geografia crítica). Terra livre. São Paulo: AGB, nº 2 jul. de 1987.
- Periódicos:
- VASCONCELLOS, C.S.. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertard, 1995.
- Espaço em revista/ Campus de Catalão- **Curso de Geografia UFG-** v. 4,5 e 6, nº 1 (2001;2002 e 2004)

Componente Curricular: Estágio Supervisionado – Rotinas Escolares

Carga Horária: 120 horas

Ementa: as dimensões/pedagógicas e as práticas didáticas e metodológicas no contexto escolar da educação básica – o ensino fundamental e médio – como processo reflexivo das realidades socioculturais que a constituem e formativo do educador e do educando. O planejamento da prática docente e da pesquisa na área de ciências humanas.

Objetivos:

Instrumentalizar para a prática docente

Referências Bibliográficas Básicas

HERNANDEZ, Fernando. **A Organização do Ensino em Projetos de Trabalho**. Porto Alegre:

ARTMED,1998

PERRENOUD P, PAQUAY L, ALTED M, CHARLIER E, organizadores. Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2a ed. Porto Alegre: Artmed; 2001.

PERRENOUD P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote; 1993. (Temas de educação 3).

Referências Bibliográficas Complementares:

TARDIF M, LESSARD C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes; 2005

TARDIF M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes; 2002

6º MÓDULO

Componente Curricular: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Carga Horária: 60 horas

Ementa:

Pressupostos teóricos e metodológicos da Escola Inclusiva. Questões políticas, ideológicas e éticas da Educação Inclusiva. Os sujeitos do processo educacional especial: portadores de necessidades educacionais especiais. Perspectivas da Educação Inclusiva no sistema escolar: currículo, didática e avaliação. Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: família, escola e sociedade.

Objetivos:

Analisar o histórico da educação Especial e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional.

Referências Bibliográficas Básicas

ASSUMPTO Junior, Francisco Baptista. Introdução ao estudo da deficiência mental. São Paulo: Memnon. 2000.

Brasil Ministério da Educação e do Desporto Secretaria da Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial. Brasília: MEC. 1995

MAZZOTTA, Marcos J. S.. Educação especial no Brasil história e políticas públicas. São Paulo: Cortez,1996.

Referências Bibliográficas Complementares:

STAINBACK, Susan. Inclusão. Porto Alegre: ARTMED,1999.

Componente Curricular: ANÁLISES POLÍTICAS DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Origens e a evolução da geografia política, seus temas, conceitos principais, seus autores e obras clássicas. Geografia política e geopolítica. Espaço e poder. Velha e nova ordem mundial. Novos atores territoriais, globalização, estado-nação, nacionalismos e conflitos indenitários.

Objetivos:

Compreender a diferença entre a Geografia Política e a Geopolítica. Conhecer os seus principais autores e obras clássicas.

Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, M.C. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto, 1988.

ANDRADE, M.C. **O Brasil e a África**. São Paulo: Contexto, 1989.

ANDRADE, M.C. **O Brasil e a América Latina**. São Paulo: Contexto, 1989.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005, 299 p.

Referências Bibliográficas Complementares:

GOMES, Hortieste. **A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1991.

HAESBAERT. R. Blocos Internacionais de poder. São Paulo: Contexto, 1993.

LACOSTE Y. **Os países subdesenvolvidos**. DIFEL, 1981.

MARTIN, André R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

ARDOSO, Eliana e HEL WEGE, Ann. **A Economia da América Latina**. São Paulo. Ed. Ática, 1993.

CANÊDO, L.B. **A descolonização de Ásia e da África**. Atual Editora Ltda. 4ª ed., 1986. SOJA, Edward - **Geografia Pós Moderna**. R. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Componente Curricular: HIDROGRAFIA

Carga Horária: 30 horas

Ementa: O ciclo hidrológico e a intervenção antrópica. A contaminação das águas e os critérios para avaliação de sua qualidade A bacia hidrográfica como um sistema hidrológico. Análise dos processos e controles do regime fluvial. Gerenciamento de Recursos hídricos: os comitês de bacia e o manejo integrado das bacias hidrográficas.

Objetivos:

Compreender o ciclo hidrológico. Conhecer o sistema hidrogeomorfológico. Conhecer as bacias hidrográficas e sua função na paisagem. Analisar a legislação atinente ao uso da água.

Referências Bibliográficas Básicas

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia fluvial. São Paulo: Edgard Blücher, 313 p. 1981. GUERRA, A. J. T.;

CUNHA, S. B. da (Org.). Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 472 p. 1995.

BRANCO, S. M. (org). Hidrologia Ambiental. São Paulo, Editora da USP, ABRH, 1991 (coleção ABRH, Vol 3) 414 p.

Referências Bibliográficas Complementares:

BRANCO, S. M. Água : origem, uso e preservação. São Paulo, SP : Moderna, 1993. 71p. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. Gemorfologia e Ambiente, Rio de Janeiro: Bretand do Brasil, 1996, 372 p.

DIETRICH SCHIEL & SERGIO MASCARENHAS & NORA VALEIRAS & ET AL. Estudo de Bacias Hidrográficas. São Paulo, SP. Ed. Rima, 2003. PORTO, RUBEM LA LAINA. Técnicas quantitativas para o gerenciamento de recursos hídricos. Porto Alegre : ABRH, 2002. 419p.

TEIXEIRA, TOLEDO, FAIRCHILD e TAIOLI .Decifrando a Terra . São Paulo: Oficina de Textos, 2000. Rebouças, Alda da Cunha. Águas doces no Brasil : capital ecológico, uso e conservação. São

Paulo, SP : Escrituras, 2002. 703 p. TUCCI, C. E. M.. Hidrologia –0 Ciência e Aplicação. 2a Ed. .
Porto Alegre, Editora da Universidade: ABRH. 943 p

Componente Curricular: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Ciência e geografia: esquema de ordenação de mundo, o método científico e a perspectiva geográfica; Geografia como ciência do espaço nas questões tradicionais e nas questões modernas; Modelos, teoria, leis e sua aplicação na geografia. A descrição geográfica: a matriz de informações e a representação cartográfica; O papel da classificação em geografia: modelos de causa e efeito; funcionais, temporais e sistêmicos; Trabalho de pesquisa com aplicação nos modernos conceitos metodológicos da geografia.

Objetivos:

Instrumentalizar os discentes para a realização de pesquisa em Geografia.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela Doin de. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de geografia. In, **Prática de Ensino de Geografia**. São Paulo: Marco Zero, 2001.

AL VES, Rubem. **Filosofia da ciência**. Brasiliense, 1981.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. MEC - **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1994

CANDU, V.M. (org). **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Referências Bibliográficas Complementares:

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**. São Paulo: Atlas, 1987.

SALOMON, Décio Viera. **Como Fazer uma Monografia**. 4º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SEVERINO, a Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

CHALMERS, A F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1995.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Pioneira, 1979.

LAKA TOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia Científica - 2º Edição** - São Paulo: Atlas, 1983.

40 ZABOLI, G.B. **Práticas de ensino**: subsídios para a atividade docente. São Paulo: Ática, 1990.

Componente Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA ENSINO FUNDAMENTAL

Carga Horária: 120 horas

Ementa: Fundamentação teórica atualizada sobre a Ciência Geográfica no contexto escolar, a fim de: contribuir para o desenvolvimento integral do educando por meio dessa disciplina; subsidiar a prática docente na área de Geografia no ensino fundamental.

Objetivos:

Instrumentalizar para a prática pedagógica da Geografia no ensino fundamental.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela D. de e PASSINI, Elza. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.

ARROYO, M.G. **O ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, ROSALINA, **A construção da escola elementar**. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.

Referências Bibliográficas Complementares:

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BIDDLE, Donald S. **Abordagem Conceitual do Ensino da Geografia na escola Secundária**. Rio Claro: AGETEO.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos** - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)Campinas, SP: Papirus, 1998.

COMPIANI, M **Os papéis didáticos das excursões geológicas**, Campinas/SP.

LAFOUCADE, P.D. **Planejamento e Avaliação do Ensino**: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo, Loyola, 1985.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 5

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Prática de ensino da geografia em sala de aula; Avaliação das práticas pedagógicas dos professores de Geografia em sala de aula; Adequação das práticas pedagógicas do professor de Geografia às novas realidades em sala de aula.

Objetivos:

Instrumentalizar para a prática pedagógica.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela D. de e PASSINI, Elza. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.

ARROYO, M.G. **O ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, ROSALINA, **A construção da escola elementar**. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.

Referências Bibliográficas Complementares:

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BIDDLE, Donald S. **Abordagem Conceitual do Ensino da Geografia na escola Secundária**. Rio Claro: AGETEO.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos** - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)Campinas, SP: Papirus, 1998.

COMPIANI, M **Os papéis didáticos das excursões geológicas**, Campinas/SP.

LAFOUCADE, P.D. **Planejamento e Avaliação do Ensino**: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo, Loyola, 1985.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso** (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987.

PCN – Programa **Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de Geografia**.

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1993.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib(org.) . **Ousadia no Diálogo: Interdisciplinaridade na Escola Pública**. SP. Loyola..

SIMPÓSIO TEORIA E ENSINO DA GEOGRAFIA. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 1983. V.1 e 2.

SILVA, A. Correa. **O trabalho de campo em Geografia humana e suas limitações**, Ver. Orientação. São Paulo: Edusp, 1982.

VESENTINI, José W. **O método e a práxis**. (Notas polêmicas sobre a geografia tradicional e a geografia crítica). Terra livre. São Paulo: AGB, nº 2 jul. de 1987.

Periódicos:

VASCONCELLOS, C.S.. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertard, 1995.

Espaço em revista/ Campus de Catalão- **Curso de Geografia UFG-** v. 4,5 e 6, nº 1 (2001;2002 e 2004)

7º MÓDULO

Componente Curricular: GEOGRAFIA HUMANA DO BRASIL.

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Formação do Território Brasileiro. Dinâmicas sociais e Produção do Espaço do campo e da cidade. Inserção do Brasil na economia mundial.

Objetivos:

Conhecer o quadro natural brasileiro e as transformações nele provocadas pela ação humana e sua relação com as diferentes formas de OCUPAÇÃO, organização e aproveitamento econômico do espaço brasileiro.

Referências Bibliográficas Básicas

ALESANDRI, Ana Fani Carlos. **A reprodução do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a América latina**. São Paulo: Contexto,

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, 1991.

ROOS, Jurandyr Sanches. **Geografia do Brasil**. 6ed. ed. São Paul, São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2011

Referências Bibliográficas Complementares:

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo,SP: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**.

Componente Curricular: GEOGRAFIA FÍSICA DO BRASIL

Carga Horária: 30 horas

Ementa: O espaço brasileiro; Clima; Caracterizações geológicas e geomorfológicas; Solos e vegetação; A rede hidrográfica.

Objetivos:

Analisar os diferentes domínios naturais e seu estado de preservação/destruição e possibilidades de regeneração.

Referências Bibliográficas Básicas

ERTHAL, A **colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade**. Geographia. Ano 2, n. 4, 2000. p. 49-75. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_4/Rui%20Erthal.pdf> Acesso em: 04 março 2005.

SANTOS, Milton. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Revista Território, v.4, n.6, 1999. p. 5-20. Disponível em: <http://www.lagetigeo.ufrj.br/joomla/index.php?option=com_wrapper&Itemid=8> Acesso em: 09 abril 2006. (Obs.: Conceitos úteis para a compreensão da temática.)

SANTOS, Milton; SIL VEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

Referências Bibliográficas Complementares:

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. Geografares, Vitória, n.2, junho de 2001. p. 105-113. Disponível em: <<http://www.ufes.br/~geoufes/download/bases%20.pdf>> Acesso em: 04 março 2005.

ANDRADE, Regis de Castro. **Brasil: a economia do capitalismo selvagem**. Lua Nova: Revista de Cultura Política. N. 57, 2002. p. 5-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=SOL024452002000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 04 março 2005.

DTI\IZ, Ely. **Empresariado e estratégias de desenvolvimento**. Lua Nova: Revista de Cultura Política. N. 55-56, 2002. p. 241-262. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=SOL02-64452002000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 04 março 2005.

BAENINGER, Rosana. **Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes**. In GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira. (Orgs.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Unesp; Anpur, 2003. p. 271-288.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo**. Geografares, Vitória, v. 1, n. 1, junho 2000. p. 73-79. Disponível em: <http://www.ufes.br/~geoufes/download/Urbanizacao_e_fragmentacao.pdf> Acesso em: 04 março 2005.

BORTOLETO, Eliane Mundim. **A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos**. Geografares, Vitória, n. 2, junho 2001. p. 53-62. Disponível em: <<http://www.ufes.br/~geoufes/download/implantacao%20.pdf>> Acesso em: 04 março 2005.

SILVA, Ricardo Toledo. **Infra-estrutura socioeconômica do Estado de São Paulo e a dinâmica urbano-regional recente: interações entre a organização da oferta de infra-estrutura no Brasil e as relações entre o público e o privado na gestão urbana e regional**. In GONÇALVES, Maria Flora;

BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira. (Orgs.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Unesp; Anpur, 2003. p. 131- 154.

DINIZ, Alexandre M. A. **Migração e evolução da fronteira agrícola**. Anais do XIII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP. Ouro Preto 2002, v. 1. P. 1-26. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT MIG ST33 Diniz texto.pdf> > Acesso em: 04 março 2005.

MACHADO, Lia Osório. **Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade**. Revista Território. v. 5, n. 8, 2000. p. 7-23. Disponível em: <http://www.laget.igeo.uflj.br/lja/omla/index.php?option=com_wrapper&Itemid=8> Acesso em: 09 abril 2006.

Componente Curricular: REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Processos de regionalização do espaço mundial. Diferenças regionais mundiais. Políticas Regionais. Processos de Regionalização, Blocos Regionais Mundiais.

Objetivos:

Discutir o processo de regionalização do espaço mundial segundo as articulações históricas que o determinam; Fornecer subsídios para a compreensão do atual caráter universal da sociedade e do espaço; Estudar as diferenças regionais do mundo, enfocando suas desigualdades e suas repercussões no território; Analisar as políticas regionais em diversas áreas do mundo e em especial na Europa e América Latina; Aprofundar a análise das questões decorrentes do intenso processo de globalização; Analisar os Blocos Regionais Mundiais, com especial ênfase no MERCOSUL.

Referências Bibliográficas Básicas

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares:

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia – A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. (Orgs.) **Economia Regional e Urbana – Contribuições Teóricas Recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Competitividade e Participação – Cadeias Produtivas e a Definição dos Espaços Geoeconômico, Global e Local**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: HUCITEC ANNA BLUME, 2002.

POCHMANN, Márcio. **Reestruturação Produtiva – Perspectivas de Desenvolvimento Local com Inclusão Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

Componente Curricular: GEOGRAFIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Características físicas e mineralógicas do continente africano; Perfil dos aspectos mais relevantes da estrutura geográfica do continente africano; ; Contexto atual das comunidades e dos territórios quilombolas do país.

Objetivos:

Estabelecer e reconhecer diversas perspectivas para a compreensão dos condicionantes físico-ambientais na organização das estruturas básicas dos territórios e das suas transformações institucionais; Enfoque nos principais aspectos demográficos e do processo de urbanização africana, ressaltando o processo atual de exclusão territorial no mundo contemporâneo; Estabelecer referências para uma compreensão do tráfico, dos quilombos, da imagem geográfica construída para os trópicos, da população brasileira mestiça e marginalizada.

Referências Bibliográficas Básicas

ANJOS, R.S.A. **A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada.** Revista Humanidades. Ano VI. Brasília, 1989.

ANJOS, R.S.A. **Coleção África-Brasil:** Cartografia para o Ensino-Aprendizagem. Mapas Editora & Consultoria. Brasília, 2000.

ANJOS, R.S.A. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil.** Mapas Editora & Consultoria. Brasília, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares:

ANJOS, R.S.A. **A África, a Geografia, o Tráfico de Povos Africanos e o Brasil.** Revista Palmares em Ação. Ano I No.2 Brasília, 2002.

ALMANAQUE ABRIL. **Brasil - Mundo,** 2003, São Paulo, 2003.

MORAES, A C.R. & COSTA, W.M. **Geografia Crítica - A Valorização do Espaço.** Editora Hucitec, São Paulo, 1984.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo - Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional.** Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** Editora Hucitec. São Paulo, 1988.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 6

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Introdução do estudante para a prática de campo. Introdução à metodologia das ciências sociais; Definição de pesquisa, métodos e técnicas; A prática da pesquisa científica; A quantificação na pesquisa; Métodos e técnicas básicas de pesquisa de campo e de gabinete.

Objetivos:

Instrumentalizar para a prática docente.

Referências Bibliográficas Básicas

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente.** São Paulo: Papyrus, 1997.

MORIN, E., **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

SENSE, P. (org.). **A Dança das Mudanças.** São Paulo: Editora Campus, 1999.

Referências Bibliográficas Complementares:

SILVA, M. (org.) **Educação online.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Componente Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO

Carga Horária: 120 horas

Ementa: Fundamentação teórica atualizada sobre a Ciência Geográfica no contexto escolar, a fim de contribuir para o desenvolvimento integral do educando por meio dessa disciplina.

Objetivos:

Instrumentalizar e subsidiar a prática docente na área de Geografia no ensino médio.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do Desenho ao Mapa: Iniciação Cartográfica na Escola**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

ALMEIDA, Rosângela D. de ; PASSINI, Elza Y. **O Espaço Geográfico: Ensino e Representação**. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

Referências Bibliográficas Complementares:

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). **Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no Cotidiano**. Porto Alegre – RS: Ed. Mediação, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

8º MÓDULO

Componente Curricular: POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Introdução à questão ambiental; Gestão pública do meio ambiente; Instrumento de gestão ambiental; Política de Águas; Gestão ambiental urbana.

Objetivos:

Conhecer as políticas públicas de meio ambiente.

Referências Bibliográficas Básicas

BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana (orgs). **Agenda política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

BURSZTYN, Maria Augusta. **A gestão ambiental: instrumentos e práticas**. Brasília: Edições IBAMA, 1994.

Referências Bibliográficas Complementares:

GUERRA, Antonio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (orgs). **Impactos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

LEME MACHADO, Paulo Afonso. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Ed. Malheiros, 1995.

Componente Curricular: REGIONALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Aspectos naturais da América Latina; Populações autóctones da América Latina; O processo de colonização da América Latina; Regionalizações atuais da América Latina; Aspectos naturais de RS e Distrito Federal; Biogeografia de RS e Distrito Federal; Processos econômicos, sociais e históricos de RS; RS no contexto regional do espaço brasileiro.

Objetivos:

Caracterizar os processos de regionalização da América Latina.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, M.G de (Orgs.). **Abordagens Geográficas de Goiás:** o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA/UFG, 2002.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás.** Goiânia: Ed. Vieira, 2004.

_____. **A região como arena política:** Um estudo sobre a região urbana Centro Goiano. Goiânia: Ed. Vieira, 2007. 258 p.

Referências Bibliográficas Complementares:

BARREIRA, Celene C. M. Antunes. **Região da estrada do boi:** usos e abusos da natureza. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

_____. **Vão do Paranã** - a estruturação de um território regional. Brasília: Ministério da Integração, 2003.

DEUS, João Batista de. **O Sudeste goiano e a desconcentração industrial.** Brasília: Ministério da Integração, 2002.

ESTEVAM, L. A. **O Tempo da transformação:** estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Goiânia-GO, Ed. do Autor, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão territorial do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1984. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Divis%EF%BF%BD%20Territorial%20do%20Brasil%201984%20-%20Suplemento&link=DTB1984_Suplemento#>

TEIXEIRA NETO, A. GOMES, H. BARBOSA, A.S. (Orgs.). **Geografia:** Goiás-Tocantins. 2 ed. Goiânia. Ed. UFG, 2004.

OLICA, N.B. **Geopolítica na América Latina.** São Paulo: Moderna, 1992.

PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília- gestão urbana:** conflitos e cidadania. Brasília: Editora UnB, 1998.

PAVIANI, Aldo; Gouvêa, Luiz Alberto de C.. **Brasília: controvérsias ambientais.** Brasília: Editora UnB, 2003.

Componente Curricular: GEOTECNOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Instrumentalização para o uso das geotecnologias.

Objetivos:

Fornecer as noções e os elementos básicos para utilizar GPS, Imagens de Satélites, Gráficos e Climogramas na Educação

Referências Bibliográficas Básicas

ANDERSON, P. S. **Fundamentos para fotointerpretação.** Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira de

Cartografia. 1982. 136 pp.

GARCIA, G. J. **Sensoriamento remoto**: Princípios e interpretação de imagens. São Paulo. Nobel. 1982. 137 pp.

LOCH, C. A.; LAPOLLI, E. M. **Elementos básicos da fotogrametria e sua utilização prática**. Florianópolis. Editora da UFSC. 1985. 86 pp.

Referências Bibliográficas Complementares:

LOCH, C. A. **A interpretação de imagens aéreas**: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais. Florianópolis. Editora da UFSC. 1984. 82 pp.

MAFFI, C. **Interpretação fotogeológica**. Salvador. Centro Editorial da Universidade Federal da Bahia. 1978.

MARCHETTI, D. A. B.; GARCIA, G. 1. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. São Paulo. Nobel. 1977. 257 pp.

NOVO, E. M. L. DE M. **Sensoriamento Remoto**. Princípios e aplicações. 2. ed. Ed Edgar Blücher Ltda. São Paulo 1992.

Componente Curricular: Estágio Supervisionado em Gestão Escolar

Carga Horária: 45 horas

Ementa: Introdução ao estudo da administração. Evolução histórica. O processo administrativo. Nações gerais de planejamento, coordenação e controle. A ação administrativa. Centralização e descentralização. Variáveis comportamentais e ambientais na organização. Fundamentos da gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas. Pressupostos científicos para implementação democrática do projeto político-pedagógico da escola. Análise da sistemática de elaboração, aprovação e financiamento de projetos educacionais pelos órgãos governamentais e por agências internacionais.

Objetivos:

Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, Dalila. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2003

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares:

LIMA, Licínio C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2003.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 3 ed. - Petrópolis: Vozes, 2008.

PENIN, Sônia. **Cotidiano e escola: a obra em construção**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995. PARO, Vitor. **Administração escolar: introdução crítica**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola a escola necessária**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2000. SANTOS, Clovis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudança**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político**

pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA 7

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa que considere as variáveis múltiplo-dimensionais da realidade; Roteiro de elaboração de projeto de pesquisa em geografia, voltada à docência
Um exame das possíveis formas e conteúdos do projeto e relatório de pesquisa;
Instrumento de coleta de dado; Normas da ABNT para apresentação de documentos.

Objetivos:

Instrumentalizar para a prática docente.

Referências Bibliográficas Básicas

SENGE , P. (org.). **A Dança das Mudanças**. São Paulo: Editora Campus, 1999.

SILVA , M. (org.) **Educação online**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

VALENTINI, C. B., SOARES, E. M. **Aprendizagem em ambientes virtuais**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005

Referências Bibliográficas Complementares:

VYGOTSKY , L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Componente Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Elaboração de projeto e desenvolvimento de pesquisa. Elaboração e execução de monografia referente à ciência geográfica através de projeto de pesquisa de campo e bibliográfico sobre assuntos diversos, principalmente sobre questões regionais geográficas e educacionais, contribuindo para análise mais profunda e senão para buscar soluções, pelo menos para realizar o seu levantamento.

Objetivos:

Instrumentalizar os docentes para a efetivação de trabalhos de pesquisa.

Referências Bibliográficas Básicas

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 9. ed
Campinas: Papyrus, 2006. 192 p. (Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico)

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares:

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2011.

Componente Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Carga Horária: 45 horas

Ementa: Fundamentação teórica atualizada sobre a Ciência Geográfica no contexto escolar, a fim de: • contribuir para o desenvolvimento integral do educando por meio dessa disciplina;• subsidiar a prática docente na área de Geografia no de jovens e adultos.

Objetivos:

Compreender os processos de ensino e aprendizagem dirigidos ao ensino de Jovens e Adultos.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do Desenho ao Mapa:** Iniciação Cartográfica na Escola. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

ALMEIDA, Rosângela D. de ; PASSINI , Elza Y . **O Espaço Geográfico:** Ensino e Representação. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). **Ensino de Geografia:** Práticas e textualizações no Cotidiano. Porto Alegre – RS: Ed. Mediação, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares:

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Ed. Ática, 1986.

Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Componente Curricular: GEOGRAFIA E TURISMO

Carga Horária: 60 h

Ementa: Estudo das incidências espaciais da atividade turística, dando um tratamento geográfico às mesmas. Análise do turismo como alternativa ao o desenvolvimento local e regional.

Objetivos:

Analisar as incidências espaciais do turismo e suas consequências.

Referências Bibliográficas Básicas

- BOULLÓN, R. C. Planificación Del Espacio Turístico. 2ª reimpressão. México: Trilhas, 1004.
CRUZ, R. C. Geografias do Turismo. De Lugares a Pseudo-Lugares. São Paulo: Roca, 2007
LEMONS, A. I. G. (org.). Turismo. Impactos Sócioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.
CRUZ, R. C. Introdução à Geografia do Turismo. 3. ed. São Paulo: Roca, 2003.

Referências Bibliográficas Complementares:

- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). Geografias do Turismo. De lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.
MOLINA, Sérgio e Rodrigues, Sérgio. Planejamento Integral do Turismo. Bauru: Edusco, 2001.
OLIVEIRA GEOGRAFIA, TURISMO E PATRIMONIO CULTURAL. São Paulo: Ana Blumes, 2010.
PEARCE, D. A Geografia do Turismo: fluxos e regioes no mercado de viagens. Sao Paulo: Aleph, 2003.
PEARCE, Douglas, Geografia do Turismo. Aleph, 2003.
PORTUGUEZ, Anderson Pereiral. Turismo, Memória e Patrimônio Cultural. São Paulo: Roca, 2004.

- RODRIGUES, A. A. B. (org.). Turismo e Geografia. Reflexões Teóricas e Regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo e Ambiente. Reflexões e Propostas. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
RODRIGUES, Adyr Balastreri. *Turismo e Espaço*. Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.
RODRIGUES, Adyr Balastreri. *Geografia e Turismo - Notas Introdutórias*. Revista do Departamento de Geografia da USP, 1992.
SANTOS, Clezio. Geografia do Turismo. Ensino e Pesquisa. Edição do autor-Bookees, 2010.
TELES, R. Fundamentos geográficos do turismo. São Paulo: Campus, 2009.
TELES, Reinaldo Miranda de Sá (org.). Turismo e Meio ambiente. Rio de Janeiro: elsevier, 2011.
YÁZIGI, E. Alma do lugar: Turismo, Planejamento e Cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

Componente Curricular: HISTÓRIA E CULTURA DA FRONTEIRA

Carga Horária: 60

Ementa: Estudo dos aspectos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil se entrelaça nesta região com a formação dos países vizinho, o Uruguai e a Argentina, primeiro dentro do contexto de disputa territorial entre as Coroas Espanhola e Portuguesa. E após as relações entre os países aconteceram imbricados em uma série de fatos históricos e bélicos para a constituição das suas nacionalidades, constituindo-se assim a fronteira uma zona de forte tensionamento. Mas contemporaneamente estes países possuem boas relações internacionais, assim deve abordar a história e a cultura da região como possibilidade de compreensão territorial e das relações sócias e políticas que conformam esta fronteira e apontam cenários de futuro.

Objetivos:

Compreender os processos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil.

Referências Bibliográficas Básicas

- FRANCO, Sergio Costa. Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina, 2001.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010. PROJETO VIVÍ CULTURA. La contrucción de conocimiento em cultura. Montevideo: Claeh, 2010. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Darcy Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Referências Complementares

SOARES, Eduardo Alvares de Souza, FRANCO, Sergio da Costa. Orgs. Olhares sobre Jaguarão. Porto Alegre: Evangraf, 2010. Referências complementares

FARINATTI, Luiz Augusto Ebiling. Cofins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria : Ed. Da UFSM, 2010.

MESQUITA, Eni de Mesquita. História & Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

POSSAMAI, Paulo. A vida quotidiana na Colônia de Sacramento. Lisboa : Editora Livros do Brasil, 2006.

Componente Curricular: FORMAÇÃO HISTÓRICA POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL

Carga Horária: 60 h

Ementa: Os processos de construção histórica da independência, da formação política e econômica, bem como a queda do regime monárquico e a estruturação política da República, importante para o entendimento dos elementos formadores do estado nacional brasileiro. Revolução de 1930. Fim do Estado Novo. Redemocratização. Os governos populistas. Os militares no poder. Abertura democrática. Consolidação da democracia.

Objetivos:

Estudar os aspectos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil

Referências Bibliográficas Básicas

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Forças Armadas e Política no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2006.

_____. Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

Referências Complementares

FARIA, Sheila de Castro. A colônia brasileira: economia e diversidade. São Paulo: Moderna, 2004.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. A revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Companhia das 61 Letras, 1997.

FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção do Brasil. São Paulo: Edusc; Campinas: Autores Associados, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. Ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

Componente Curricular: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Carga Horária: 30

Ementa: A luta de diferentes grupos sociais contra o processo de exclusão social produzido pelo modo de produção capitalista. Discute a necessidade de inclusão desta temática no contexto educacional brasileiro, em específico no ensino de História.

Objetivos:

Compreender o contexto histórico de criação dos direitos humanos e da cidadania no ocidente e sua trajetória no Brasil.

Referências Bibliográficas Básicas

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. LEAL, Rogério Gesta. Direitos Humanos no Brasil. Desafios à democracia. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos Humanos na docência universitária. In: PIMENTA, Selma Garrido, ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs). Pedagogia Universitária: Caminhos na formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011. p.103-127

Referências Complementares

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasil Direitos Humanos. A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal. Brasília: SEDH, 2008.
HUNT, Lynn. A Invenção dos Direitos Humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
MONDAINI, Marco. Direitos Humanos no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009. RAYO, José Tuvilla. Educação em Direitos Humanos. Rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Componente Curricular: HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Carga Horária: 60

Ementa: Estudo histórico e historiográfico do Rio Grande do Sul. Os antecedentes indígenas. As relações do sul da América portuguesa com a região platina de ocupação espanhola e a formação da fronteira. O processo de integração à colônia portuguesa e ao mercado. Os processos de imigração. A formação política, econômica e sócio-cultural nos séculos XIX e XX. Problematização do ensino de História do Rio Grande do Sul na educação Básica.

Objetivos:

Conhecer os processos de formação do espaço do Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas Básicas

BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.). História Geral do Rio Grande do Sul – República. Volume 3. Tomos I e II. Passo Fundo: Meritus, 2007.
BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.); GERTZ, Rene (orgs.). História Geral do Rio Grande do Sul – República. Volume 4. Passo Fundo: Meritus, 2007.
CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Referências Complementares

GUTFREIND, Ieda. A Historiografia Rio-Grandense. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. OLIVEN, Rubem George. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis:

Vozes, 2006.

KERN, Arno A., SANTOS, Maria Cristina e GOLIN, Tau (orgs). Historia Geral do Rio Grande do Sul – Povos Indígenas. V5. Passo Fundo: Meritus, 2009.

OSÓRIO, Helen. O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PETERSEN, Silvia. Que a União Operária Seja Nossa Pátria: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Santa Maria: Editora da UFSM, 2001.

Componente Curricular: HISTÓRIA DO ESPAÇO PLATINO

Carga Horária: 60

Ementa: A construção e conformação do espaço platino a partir de processos socioeconômicos, políticos e culturais. Perspectivas teóricometodológicas próprias à História Regional. Ocupação do espaço e a fronteira no Prata colonial. Expressões e disputas políticas na formação e estruturação dos Estados nacionais platinos. Relações de dominação e resistência nas sociedades platinas. Economia e política das sociedades platinas na contemporaneidade. O espaço platino no Ensino de História.

Objetivos:

Conhecer os processos de ocupação do espaço platino e suas consequência.

Referências Bibliográficas Básicas

FERREIRA, Gabriela Nunes. O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2006. GARCIA, Fernando C. Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010. HALPERIN DONGHI, Tulio. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

Referências Complementares

PRADO, Fabrício. Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa. Porto Alegre: Fumproarte, 2002. REGUERA, Andréa. & HARRES, Marluza M. (Orgs.). Da Região à Nação. Relações de escala para uma história conmparada Brasil- Argentina (séculos XIX e XX). São Leopoldo: Ed. Oikos, 2011.

Componente Curricular: GEOGRAFIA TURISMO E INOVAÇÃO NO ESPAÇO RURAL

Carga Horária: 30

Ementa: Do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural. As novas ruralidades e potencialidades locais. Aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais do turismo em espaços rurais. Inventário turístico de espaços rurais locais e regionais com vistas à elaboração de roteiros turísticos rurais.

Objetivos:

Analisar a atividade turítica como possibilidade de inovação no uso do território rural.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M., RIEDL, M. Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 2.ed. Campinas: papirus, 2000.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

RODRIGUES, Adyr A. B. TURISMO RURAL. São Paulo: Contexto, 2001. SALLES, Mary M. Turismo rural: Inventário Turístico no Meio Rural. São Paulo: Alínea e Átomo, 2003.

Referências Complementares

PORTUGUEZ, Anderson P. Turismo no espaço rural: Enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006.

RODRIGUES. A. B. (org.). Turismo Rural: Práticas e Perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. Ecoturismo no Brasil. São Paulo: Manole, 2005.

MOLINA, Sérgio. Turismo e ecologia. Bauru, SP: Edusc, 2001 TROPIA, Fátima. Turismo no meio rural. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. TULIK, Olga. Turismo Rural. São Paulo: Aleph, 2003.

Componente Curricular: GEOGRAFIA TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Carga Horária: 60

Ementa: As “diferentes regionalizações em âmbito mundial, nacional, estadual e municipal e sua interface com o turismo”. O patrimônio como potencialidade turística regional. A regionalização do turismo no Brasil e suas contribuições para o processo de desenvolvimento regional. O planejamento integrado do Turismo como instrumento de promoção do desenvolvimento regional.

Objetivos:

Reconhecer no turismo uma alternativa para o desenvolvimento e a integração regional.

Referências Bibliográficas Básicas

CORRÊA R. L. Região e Organização Espacial. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.

PEARCE, D. A Geografia do Turismo: fluxos e regioes no mercado de viagens. Sao Paulo: Aleph, 2003.

RODRIGUES, A.A. B. Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

Referências Complementares

BENI, M. C. Política e Planejamento de Turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

CARDOSO, F.H.C.; Faletto, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Zahar, Rio de Janeiro, 1970.

CASTRO. I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R.L. Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

YÁZIGI, E. Saudades do Futuro: por uma teoria do Planejamento Territorial do Turismo. São Paulo: CNPq/Plêiade, 2009.

TOMAZZONI, Edegar Luis. Turismo e Desenvolvimento Regional. São Paulo: EDUCS, 2009.

Componente Curricular: PARADIPLOMACIA E TURISMO DE FRONTEIRA

Carga Horária: 30

Ementa: O conceito de fronteira e de limite. Tipologia de fronteiras. Territórios fronteiriços. O turismo inserido nesse contexto espacial como oportunidade de integração cultural e incremento econômico.

Objetivos:

Reconhecer na paradiplomacia uma oportunidade de integração e desenvolvimento regional.

Referências Bibliográficas Básicas

CATAIA, M. A. Fronteiras: territórios em conflitos. Geografia em questão, v. 3, p. 11-25, 2010. ; Meio de divulgação: Digital; Homepage:

<http://erevista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/search/titles>; Série: 1; ISSN/ISBN: 21780234.

MACHADO, L. O. (1998): “Limites, Fronteiras , Redes”. In: STROHAECKER et alli: Fronteiras e Espaço Global, III Colóquio Internacional de Estudos Fronteiriços, Santana do Livramento/ Rivera, AGB. P.41 – 49. _____ (2002): Sistemas, Fronteiras e Território. In: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Coleção de Textos. UFRJ.

MARTINS, A. Fronteiras e Nações. São Paulo: Contexto, 1997. OLIVEIRA, Tito Carlos Machado Território sem limites: estudos sobre fronteiras. ISBN 8576130696 Campo Grande: Editora da UFMS, 2005.

Referências Complementares

PAIXÃO, R. O. Turismo na fronteira: identidade e planejamento de uma região. Editora da UFMS. Campo Grande, 2006.

RAFFESTIN, Claude. (1993) Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática.

STROHAECKER, Tânia M. ET AL Fronteiras e Espaço Global, Porto Alegre: AGB, 1998.

Componente Curricular: GÊNEROS TEXTUAIS ACADÊMICOS

Carga Horária: 30

Ementa: Leitura e análise de textos acadêmicos (resumo, resenha, artigo, relatório, projeto) na perspectiva da produção. Coesão, coerência, argumentação, referência. Leitura, produção, compreensão, revisão, avaliação e elaboração de argumentos sobre diferentes portadores de texto. Elaboração de resumos, resenha crítica.

Objetivos:

Instrumentalizar os discentes para a produção dos trabalhos acadêmicos.

Referências Bibliográficas Básicas

BRONCKART, Jean Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC. 1999.

FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Prática de textos para estudantes universitários. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

FARACO, Carlos A; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Referências Complementares

MOTTA ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

KOCH, I.; ELIAS, V.M. Ler e compreender. São Paulo: Contexto, 2006.

MEDEIROS, João B. Redação científica. A prática de fichamento, resumos. 6. ed. São Paulo: Atlas,

2006.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo. São Paulo: Contexto, 2008.

VIANA, Antônio C. Roteiro de redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1997.

Componente Curricular: MÍDIAS E EDUCAÇÃO

Carga Horária: 30 h

Ementa: As interfaces existentes entre educação, comunicação e tecnologia e suas implicações na sociedade, no novo perfil de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. A Educação a Distância e a Internet como modalidades de ensino e aprendizagem. A mediação e o desenvolvimento de projetos envolvendo o uso mídias, com ênfase no estudo, desenvolvimento e avaliação de abordagens inovadoras.

Objetivos:

Instrumentalizar os discentes para o uso das diferentes mídias nos processos de ensino e de aprendizagem.

Referências Bibliográficas Básicas

ANTUNES, R. e BRAGA, R. Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

CANCLINI, N. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da 76 interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2009.

Referências Complementares

LEVY, Pierre; LEMOS, André. O futuro da internet. Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

MARTIN-BARBERO, J. Dos meios a mediação. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

SANTAELLA, Lucia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, Marco (Org.). Educação online: teoria, prática, legislação, formação corporativa. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SILVERSTONE, R. Por que estudar a mídia? 2. ed., São Paulo: Loyola, 2005.

Componente Curricular: EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Apresenta as principais teorias em que se fundamenta a educação para a paz partir da concepção de paz como construto cultural e pedagógico. Explicita a educação para a paz como ação e desenvolvimento da competência comunicativa. Pontua os princípios que norteiam a vivência da educação para a paz numa instituição escolar. Analisa os principais conceitos a serem trabalhados durante o curso, tais como paz, violência e não-violência.

Objetivos:

Oportunizar conhecimentos históricos da educação para a paz e sua aplicabilidade didática.

Referências Bibliográficas Básicas

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A canção das setes cores: educando para a paz*. São Paulo: Contexto, 2005.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro, 1991. 18ª edição.

Referências Complementares

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. *Educação para a Paz: Sentidos e Dilemas*. Educus, 2005.

JARES, Xesús. *Educação para a paz: sua teoria e sua prática*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MILANI, F. *Cultura de Paz x Violência. Papel e Desafios da Escola*. In: *Cultura de Paz: Estratégias, Mapas e Bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.

MILANI, Feizi Masrour. *Tá combinado: construindo um pacto de convivência na escola*. Salvador: INPAZ, 2004.

MULLER, Jean-Marie. **O princípio de não-violência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

ORTEGA, Rosário e DEL REY, Rosário. *Estratégias Educativas para a Prevenção da Violência*. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

RAYO, José Tuvilla. *Educação em Direitos Humanos – rumo a uma perspectiva global*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Quadro de Qualificação e experiências acadêmicas da equipe docente; e de apoio multidisciplinar.

Nome	Titulação	Área Do Conhecimento Graduação	Tempo no Ensino Superior	Experiência com a Formação a Distância	Dedicação ao Projeto (carga semanal)
Adriana Cantini	Dr. ^a	Ciências Sociais Aplicadas (Direito)	20	Não	20
Andréa Narvaes	Dr. ^a	Ciências Sociais e Educação	22	Sim	20
Carmen Regina Dorneles Nogueira	Dr. ^a	Geografia Humana	31		20
Claudete Robalos da Cruz	Dr. ^a	Geografia e Educação	3	Sim	20
Edson Romário Paniágua	Dr.	História	16	Não	20
Juliana Rose Jasper	Ma.	Humanas (Turismo)	12	Não	20
Lisianne Ceolin	Dr. ^a	Direito	11	Não	20
Marilu Angela Campagner May	Dr. ^a	Geografia Humana e Ensino de Geografia	32	Sim	20
Muriel Pinto	Dr.	Geografia	4	Não	20
Nola Patrícia Gamalho	Dr. ^a	Geografia	3	Não	20

Ronaldo Bernardino Colvero	Dr.	História Patrimônio	22	Sim	20
Sávio Domingos	Dr.	Ciências Sociais Aplicadas e Humanas	20	Não	20
Simone Oliveira	Dr. ^a	Assistência Social			
Sidnei Luís Bohn Gass	Dr.	Geografia Física e Geotecnologias	9	Sim	20
Suzana Scwartz	Dr.	Pedagogia			

3.2 Corpo Discente e estrutura de apoio

O Curso de Geografia Licenciatura da UNIPAMPA *Campus* São Borja possui alguns programas desenvolvidos no Campus São Borja fazem parte de políticas institucionais geridas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e materializados através de ações dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada Campus Para o atendimento das demandas discentes, ações institucionais, que visam o atendimento pedagógico ao discente são desenvolvidos através do Programa de Acompanhamento ao Estudante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), elaborado em conjunto com a COORDEP (Coordenadoria de Desenvolvimento Pedagógico, NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores de Cursos. Atualmente este programa é desenvolvido numa parceria entre PRAEC, PROGRAD e NuDEs. À PRAEC cabe mais especificamente trabalhar com o projeto de acompanhamento pedagógico aos beneficiários do Plano de Permanência.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), desenvolve programas que visam melhorar as condições de acesso e de permanência dos acadêmicos na universidade, bem como contribuir com a qualificação do processo pedagógico, em uma perspectiva de formação plena e cidadã. De maneira articulada com outros setores da instituição, são oferecidos os seguintes programas:

- O Plano de Permanência (PP) auxilia os estudantes de graduação, em vulnerabilidade socioeconômica, situação esta que pode comprometer a continuidade de seus estudos. O PP visa melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão e retenção. O plano é constituído pelos programas:

- Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa – contribui para o provimento das necessidades de refeição diária do aluno. Segundo a resolução 84/2014, são duas modalidades do Programa de Alimentação Subsidiada: Auxílio Alimentação (Destina-se a contribuir com as despesas provenientes da necessidade de refeição diária do aluno); e Alimentação Subsidiada, em sete Campus, atualmente oito restaurante Universitários funcionando e três em fase de implantação. Este Programa atende os beneficiários do Plano de Permanência que acessam o RU com o valor da refeição totalmente subsidiado pela universidade. No campus São Borja os(as) alunos(as) podem acessar o Restaurante Universitário (RU);

- Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro: para atender os alunos cuja residência é externa ao do município de seu Campus ou que não residam em região urbana pertencente ao município de seu Campus e que necessitam fixar residência em região urbana no município de seu Campus;

- O Programa de Apoio ao Transporte: contribui com as despesas de transporte vinculadas às atividades acadêmicas regulares, e se estende aos alunos da zona rural. Os auxílios tem reajuste anual, e o aluno que ingressar neste Plano poderá receber os benefícios até se formar, desde que continue atendendo aos critérios acadêmicos e socioeconômicos, por meio de comprovação periódica junto ao assistente social de sua unidade. São realizadas edições anuais de seleção para entrada de beneficiários no Plano. A avaliação para a concessão do benefício é feita pela equipe técnica da PRAEC, que conta com assistentes sociais nos dez Campi da Universidade.

- O Programa de Apoio à Instalação Estudantil (PBI) é destinado aos estudantes ingressantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não residentes no município onde está situada a sua unidade acadêmica ou não residam em região urbana pertencente ao município do seu campus, mas que precisarão fixar residência no município de seu Campus. O PBI consiste em repasse financeiro de parcela única, para apoiar a instalação destes alunos nas cidades dos *campi* da UNIPAMPA, em despesas com transportadora, aluguel e hospedagem iniciais, etc. Uma vez instalado, o estudante pode ser atendido por outras modalidades de benefício oferecidas pela UNIPAMPA. Para participar do processo seletivo deste benefício, o aluno deve estar matriculado e apresentar documentos que comprovem o atendimento aos requisitos do edital

(publicado junto ao edital do Plano de Permanência), além do formulário específico corretamente preenchido. Além da avaliação técnica, há também o suporte das assistentes sociais por unidade acadêmica no mapeamento das possíveis ofertas de moradias. O Plano de Permanência também conta com o Programa de Auxílio-Creche com base na legislação em vigor para esse tipo de política pública que tem recorte de vulnerabilidade social.

- O Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA), atualmente denominado de Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) é realizado em parceria com as Pró-Reitorias acadêmicas, e permite que os acadêmicos, previamente inscritos e selecionados, adquiram experiência em uma das quatro modalidades de formação acadêmica (Iniciação à Pesquisa, Iniciação à Extensão, Iniciação ao Ensino (Monitoria e Projetos de Ensino) e iniciação à Práticas Acadêmicas Integradas articulando ensino, pesquisa e extensão, o que contribui para a sua manutenção financeira e permanência acadêmica. Os valores das bolsas deste programa se equiparam aos dos principais órgãos de fomento e se desenvolvem em modalidades de 12h/semanais e 20h/semanais, onde o processo de seleção dos projetos se dá de forma articulada nas respectivas comissões de ensino, pesquisa e extensão.

- O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE) visa contribuir para o custeio de despesas inerentes à participação em eventos. O valor do auxílio depende da localidade do evento e do período de participação do discente. O auxílio se destina à participação de discente na condição de apresentador de trabalho e/ou para representação institucional, atende também alunos que representam a Universidade em comissões que exigem a representação estudantil, assim como em áreas específicas em que é exigida a representação da Unipampa no conjunto das outras universidades.

- O Programa Anauê prevê o acompanhamento dos estudantes indígenas aldeados, através de três linhas gerais: apoio pedagógico, principalmente pelo acompanhamento de monitor e tutor e do acolhimento dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE - formados por Pedagogos, Assistentes Sociais e Técnicos em Assuntos Educacionais); auxílios para manutenção (para instalação, alimentação, moradia e transporte); e atenção especial à interculturalidade, por meio do desenvolvimento de atividades acadêmicas relacionadas à temática indígena.

- O Programa de Apoio Social e Pedagógico/PASP, faz parte do conjunto de atividades na área de Ações Afirmativas - com a intenção de dar suporte às atividades desenvolvidas pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NUDEs) e pelas Comissões Multidisciplinares de Acessibilidade das unidades acadêmicas na realização de atendimento direto a alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem por ordem diversas, desta forma, busca concretizar as políticas de Ações Afirmativas na UNIPAMPA.

Programa de Acompanhamento ao Estudante da UNIPAMPA, configura-se como uma proposta de acompanhamento e apoio aos estudantes desde o ingresso na Universidade – acolhimento, permanência e desenvolvimento da formação acadêmica. O principal objetivo é “desenvolver e promover o protagonismo dos estudantes da UNIPAMPA no processo de ensino-aprendizagem para uma educação de qualidade e para sua formação enquanto sujeito de sua própria história na universidade” (p. 6). No Programa são desenvolvidos três Projetos:(a) Projeto de Acolhimento aos Estudantes Ingressantes;(b) Projeto Inserção no Contexto Local e o Convívio com as Diferentes Culturas; e (c) Projeto de Acompanhamento aos Estudantes. Nesse último, por sua vez, são desenvolvidos cinco (05) subprojetos e, dentre estes, três (03) estão relacionados ao Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) e à acessibilidade e atendimento educacional especializado:

1. Evasão e retenção [responsabilidade PROGRAD];
2. Apoio Social e Pedagógico [responsabilidade PRAEC-PROGRAD];
3. Acompanhamento ao Desempenho do Estudante [responsabilidade PROGRAD e NInA];
4. UNIPAMPA Acessível[responsabilidade NInA];
5. NInA em Rede[responsabilidade NInA].

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UNIPAMPA coordena ações de e para inclusão e acessibilidade na Universidade, que incluem formação continuada de docentes e de técnicos, orientação aos NuDE para estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aquisição de recursos de acessibilidade como

impressoras Braille, leitores de livros para as bibliotecas de todos os campus, mobiliário adaptado, recursos eletrônico de tecnologia assistiva e comunicação alternativa, dentre outros. Propõe também uma política para a instituição que abrange acessibilidade arquitetônica, na comunicação e na informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, nos materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Na perspectiva da inclusão e acessibilidade, uma ação central na consolidação desta política interna na Universidade é o desenvolvimento do PROGRAMA INCLUIR: acessibilidade na educação superior (MEC/SECADI/SESu), que orienta a estruturação de trabalho de inclusão e acessibilidade a nível nacional para as instituições federais e disponibiliza recursos financeiros para investimento em ações relacionadas diretamente com ações na área da inclusão e acessibilidade.

A UNIPAMPA assume a inclusão e acessibilidade como política institucional em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018), com um capítulo que contempla o atendimento às pessoas com deficiência (p. 80-85), retrata esse compromisso e baliza o caminho a ser trilhado em toda a Universidade:

A promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, envolve pensar tudo o que é compartilhado na vida universitária na perspectiva do Desenho Universal. Trata-se, portanto, de um trabalho que deve ser realizado de modo articulado, portanto, intersetorial e interprofissional (...) Dado o exposto, a política institucional de inclusão e acessibilidade tem sido desenvolvida na perspectiva de garantir a todos os acadêmicos as condições para seu pleno desenvolvimento, com remoção gradativa das barreiras à participação e à aprendizagem, a luz do entendimento contemporâneo para a inclusão educacional e da legislação vigente (PDI UNIPAMPA, 2014, p. 84-5).

É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto n.7.691/2011). (PDI UNIPAMPA, 2014-2018).

As principais atividades do NInA são: identificar, cadastrar e planejar o ingresso, a permanência e a formação dos acadêmicos com deficiência e demais necessidades

educacionais especiais; criar mecanismos que possibilitem flexibilidade e inovação dos componentes curriculares nos cursos da UNIPAMPA; realizar levantamento das condições de infraestrutura e de acessibilidade para a proposição de adequações nas várias áreas dos *campi* da UNIPAMPA; desenvolver ações de sensibilização, orientação e mobilização e formação aos docentes, dirigentes servidores técnico-administrativos dos dez campi da Instituição, almejando a construção de uma efetiva política inclusiva. O Projeto UNIPAMPA Acessível visa promover o acesso à informação e aos espaços por parte dos estudantes, servidores e comunidade em geral. Compromete-se a abordar aspectos como infraestrutura arquitetônica, projetos pedagógicos dos cursos, atendimento ao público, sítio eletrônico, acervo cultural e pedagógico; O Projeto NInA em Rede visa manter um fluxo constante de informações sobre Acessibilidade, Legislação pertinente à Educação Especial aplicada à Educação Superior e formas de Atendimento Educacional Especializado entre as equipes responsáveis por conduzir as ações de inclusão e acessibilidade em todas as unidades da UNIPAMPA, constituindo uma rede integrada; e o Projeto de Acompanhamento ao Desempenho do Estudante (PADE) Promover a permanência e o sucesso acadêmico de todos estudantes, assegurando as condições necessárias para a efetiva aprendizagem

Estão sendo desenvolvidas também ações com vistas à construção de moradias estudantis, disponibilização de espaços para alimentação com refeição subsidiada, bem como a ampliação das ações e dos programas e o fortalecimento da organização estudantil.

A UNIPAMPA recebe atualmente recursos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), normatizada pelo Decreto Nº 7.234/2010. Além disso, anualmente a UNIPAMPA destina recursos próprios para a área.

- PET - O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica (site UNIPAMPA).

As temáticas relacionadas as pessoas com deficiência, Meio ambiente e educação ambiental e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, além de estarem contempladas de modo particular em CCGS, irão perpassar o conjunto⁷ das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades abordarão a inclusão da pessoa com deficiência com fins de problematizar o preconceito com esse segmento social, assim como as formas de inserção social desses sujeitos; o meio ambiente e sua degradação desencadeada por processos decorrentes do modo de produção capitalista, assim como as possibilidades de preservação dos recursos naturais e a história e a cultura das etnias afro-brasileira e indígena, assim como a exclusão desses segmentos sociais na formação sócio histórica da sociedade brasileira e as políticas compensatórias de inclusão social.

3.4 Infraestrutura

Por se tratar de uma universidade nova e em formação, algumas instalações estão sendo construídas e ampliadas, incluindo laboratórios, salas de aula, salas de estudo, biblioteca e espaços administrativos. Suas instalações são de construção recentes, divididas em dois prédios: Acadêmico, Prédio I onde se encontram as salas de aulas (todas equipadas com projetor de multimídia e computador e os laboratórios supra citados. Já no Prédio II encontram-se os setores administrativos, secretaria acadêmica, direção e os gabinetes dos professores. Estes podem acolher até quatro professores por gabinete e são equipados com computadores, mesas e armários individuais.

Ressalta-se que a instituição incentiva à implantação e êxito de novos cursos de graduação, estando comprometida com melhorias na infraestrutura física. Porém, a infraestrutura atual, instalações e equipamentos, atende os requisitos mínimos necessários para atividades de ensino, de pesquisa e extensão, na graduação.

O campus de São Borja possui os laboratórios de fotojornalismo, de jornalismo impresso, de rádio jornalismo de jornalismo que atendem as demandas específicas do Curso de Jornalismo, do Curso de Publicidade e Propaganda e do Curso de Relações Públicas. Os conjuntos desses laboratórios fornecem um aporte de materiais expressivos e de profissionais altamente habilitados que articulados as trajetórias e experiências didáticas e pedagógicas dos docentes do Curso de Geografia Licenciatura, constituí-se num “laboratório de multimeios”. Trata-se da capacitação permanente em mídias em educação (TV, cinema, informática, rádio e jornal).Possibilita uma formação interdisciplinar permanente do corpo docente do campus, onde a técnica estará serviço

da educação e a educação terá instrumentos técnicos para fazer a transposição didática do conjunto de conhecimentos das respectivas áreas de Geografia Licenciatura de forma articulada e sistêmica. Essa dimensão educacional, educação e tecnologias levarão em conta as demandas da comunidade local e regional, principalmente a capacitação e formação permanente dos professores da rede pública municipal e estadual de ensino.

A biblioteca possui, hoje, um espaço de 81,40 m². Todo acervo da biblioteca é de livre acesso, atendendo tanto a comunidade universitária como o público em geral. O empréstimo domiciliar é um serviço exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição. Os usuários externos poderão realizar somente consultas no local. Os usuários podem acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo, renovação ou reserva de material. O acervo é composto por livros, periódicos e CDROM específicos dos cursos oferecidos no campus de São Borja, além de algumas obras de referência. Por se tratar de uma biblioteca nova (implantação em 2007), o acervo está em constante crescimento. Existe o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, incluindo o Portal IEEE, podendo ser acessados diretamente pelas máquinas distribuídas em todo o campus.

O laboratório de informática possui: 21 computadores (monitor 17", gabinete, caixa de som, microfone, mouse e teclado) - 1 projetor + 1 computador (gabinete, mouse e teclado) Hardware: Processador: Intel Pentium 4 3GHz Memória: 512MB HD: 160GB Gravador CD Software: Sistema operacional (Windows XP Professional) Editor de textos (BR Office) Editor gráfico (CorelDraw) Editor de imagem (Photoshop) Editor de áudio (Sound Forge) Editor de layouts de publicações (PageMaker) Área Física: 56,80 m² Situação: Em funcionamento

3.4.1 Infraestrutura de Apoio Acadêmico e Administrativo

A equipe do Curso será composta dos seguintes membros:

- 01 coordenador geral do Curso
- 01 Coordenador Pedagógico
- Professores autores (dois por disciplina)
- Secretaria
- Professores Supervisores de Tutoria (por conteúdo/disciplina)
- Tutores a distância (por conteúdo)

- Coordenação da Universidade Aberta e suplência
- Coordenação Pedagógica em EaD
- Apoio Pedagógico em EaD
- Sistema de Acompanhamento ao Estudante a Distância – Gerenciamento das Informações
- Desenvolvimento em TI (Tecnologias de Informação) – Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Moodle*)
- Apoio a Produção de Materiais Didáticos para EaD

4 AVALIAÇÃO

A avaliação institucional dos professores autores, coordenadores, tutores presenciais e a distância será executada pela UNIPAMPA e compreende o programa Do componente curricular (suficiência da carga horária, clareza da descrição de objetivos do programa, compatibilidade dos objetivos com a ementa, entre outros). Especificamente sobre o desempenho do professor e tutores serão observados os itens relativos ao domínio do conteúdo programático, adequação das atividades para o alcance da aprendizagem, integração entre teoria e aspectos da realidade, entre outros, auto avaliação e satisfação com a disciplina e suporte a execução da disciplina (qualidade do material didático, do ambiente digital, entre outros).

A equipe de acompanhamento e coordenação procederá a um processo de monitoramento sistemático e permanente dos cursos, de forma a atender às referências indicadas no programa da UAB. Para isso, desenvolverá e aplicará instrumentos de avaliação na comunidade e em cada escola; utilizará um sistema informatizado de monitoramento e avaliação das atividades, de forma a viabilizar o acompanhamento ágil e minucioso de todas as etapas do processo e garantir eficiência em sua avaliação e rapidez nas intervenções que se fizerem necessárias; para controle, tanto interno como externo, da eficiência e da eficácia do trabalho, serão realizados diagnósticos ao início do Programa para avaliar: o conhecimento sobre o conteúdo com que trabalha, sobre temas educacionais e capacidade de expressão escrita e de compreensão de texto e, o domínio do conhecimento que apresentam alunos da escola em que atua o professor-aluno.

4.1 Avaliação Institucional:

O processo de avaliação do projeto pedagógico do Curso fundamenta-se nos parâmetros utilizados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que considera três dimensões:

1. Organização didático-pedagógica;
2. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo;

3. Instalações físicas. Para tanto, existe a Comissão Própria de Avaliação do Curso (CPA), composta por 03 (três) representantes do corpo docente, indicados pelo Colegiado do Curso; 03 (três) representantes do corpo discente, indicados pelo Centro Acadêmico do Curso; 03 (três) representantes dos servidores técnico-administrativos. As atividades da Comissão serão realizadas em consonância com as normas institucionais e as orientações gerais do INEP.

O papel primordial da Comissão Própria de Avaliação é a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP conforme a lei do SINAES (BRASIL, 2004b). A CPA é formada por Comitês Locais de Avaliação e, cada Campus e pelo Comitê Central de Avaliação de toda a Unipampa. Nessa perspectiva, vários instrumentos serão considerados, tais como: seminários de autoavaliação de curso; participação nos exames nacionais de avaliação do MEC; acompanhamento sistemático dos resultados apresentados semestralmente/anualmente a partir dos indicadores alcançados, dentre outras ações.

O cruzamento dos dados obtidos subsidiará a construção qualitativa da avaliação numa dimensão processual e sistemática. No que concerne aos critérios que nortearão a avaliação, serão utilizados os indicadores apresentados no SINAES: concepção e objetivos do curso (revisão permanente do projeto pedagógico), perfil do egresso, currículo, metodologia, carga horária, estágio e processo ensino-aprendizagem. É um trabalho bem feito na dimensão da avaliação o que permitirá identificar as fragilidades, os avanços e as perspectivas do Curso, visando às implementações necessárias à sua melhoria.

O Curso também propõe, além do Programa de Acompanhamento de Egressos da UNIPAMPA, um acompanhamento dos egressos por meio de um banco de e-mails onde manterá contato com os mesmos por meio de aplicação de questionários

4.2 Auto avaliação do curso

A autoavaliação do curso será realizada a partir de: reuniões periódicas, questionários, debates, ouvidorias, utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entre outros; análise e discussão dos dados e relatórios da CPA e dos relatórios internos.

A autoavaliação do curso está pautada na missão institucional, sendo organizada em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861/2004, e com a política de Avaliação Institucional da Universidade.

No que diz respeito à Avaliação Institucional, a UNIPAMPA possui a Comissão Própria de Avaliação, formada por Comitês Locais de Avaliação e o Comitê Central de Avaliação. A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa – CPA/UNIPAMPA – é um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

O papel primordial da CPA é a condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) conforme a lei do SINAES. A CPA funciona como uma equipe de referência para a elaboração de instrumentos. Além disso, oferece suporte à coordenação de curso para análise de resultados de avaliação externa e na transformação dos resultados aferidos em dados para a melhoria contínua da oferta dos cursos de graduação.

No âmbito da autoavaliação do curso, conforme disposto na Lei nº 10.861/2004, o projeto prevê alguns instrumentos que ajudam a diagnosticar as condições de sua oferta. O papel do processo de autoavaliação é acompanhar o desenvolvimento do curso de maneira mais geral, analisando criticamente as diferentes ações implementadas por sua coordenação, para avaliar se e em que medida elas cooperam para realizar os princípios da UNIPAMPA e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia EAD. Visa também a aperfeiçoar e a melhorar a qualidade das ações e opções

cotidianas, tornando a coordenação ciente das preocupações, demandas e problemas apresentados por alunos e professores.

Entende-se que o processo de avaliação do curso é permanente, com a aplicação de instrumentos específicos para momentos pontuais do ciclo de formação dos alunos. Seguindo os padrões do INEP, compreende-se que esses ciclos sejam tri anuais. De modo a se fazer o levantamento de dados necessário para aferir a qualidade do curso, elencam-se como instrumentos para o processo de autoavaliação:

a) reuniões periódicas da Comissão de Curso e do NDE, para se avaliar a oferta do curso e as demandas apresentadas pelos alunos;

b) questionários a serem preenchidos pelos alunos, e, com o objetivo de coletar dados para subsidiar a Comissão de Curso e o NDE em suas decisões;

c) avaliação dos discentes sobre o desempenho dos docentes quanto à metodologia de ensino.

d) debates, com a comunidade do curso, com a finalidade de divulgar resultados dos dados coletados pelos diferentes instrumentos e determinar ações para a melhoria contínua do curso;

e) utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), dentre outros.

Como é possível observar, prevê-se a participação de todos os envolvidos com o curso nos processos de autoavaliação, além de utilizar os resultados da avaliação para o replanejamento do curso.

4.3 Acompanhamento de egresso

O acompanhamento dos egressos do curso de Licenciatura em Geografia, atenderá as normativas do “PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DE GRADUAÇÃO –PAEG” que possibilitará conhecer a área de atuação dos egressos as percepções sobre a formação recebida, divulgando possíveis atividades de formação continuada, entre outros, no *site* do curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. V. 5 – história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei N° 9394**. Brasília, 1996.

DELORS, Jacques. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. **Aprendizagens e Novas Tecnologias**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/sat/textos/80-388-1-PB.pdf>

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2012.

UNIPAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 -2018**. Bagé: UNIPAMPA, 2013.

http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Elementos do Projeto Político-Pedagógico de Curso**. 2011. Disponível em:

<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2012/01/Elementos-PPC-Gradua%C3%A7%C3%A3o-.pdf> Acesso em: 25/3/2012

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Instrução normativa nº 02/09**, de 05 de março de 2009. Estabelece normas básicas de graduação da UNIPAMPA bem como trata do controle e do registro de suas atividades acadêmicas. Disponível em http://porteiros.unipampa.edu.br/uruguaiana/dmdocuments/Instrucao_Normativa_02_2009.pdf. Acesso em: 1º Jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Diretrizes Orientadoras Para Elaboração dos Projetos Pedagógico das licenciaturas da UNIPAMPA**. Aprovado no CONSUNI em novembro de 2011.

<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2012/01/Dcto-Diretrizes-PPC-Licenciatura.pdf> Acesso em: 25/3/2012

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional**, de 16 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf. Acesso em: 1º Jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010.** Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/resolucoes/>. Acesso em: 1º Jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011.** aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 1.750, de 28 de novembro de 2011.** Proposição de comissão Especial *multicampi*.

Formação de professores de licenciatura a distância: o caso do curso de pedagogia da UAB/UECE João Batista Carvalho Nunes; Viviani Maria Barbosa Sales. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 3, p. 757-773, jul./set. 2013
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000300013&script=sci_abstract&tlng=pt

Censo da Educação Superior 2016 Notas. Estatísticas Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Notas Estatísticas Censo da Educação Superior 2016
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf

PARECER CNE/CES 492/2001 <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>